



Licenciatura em Ciências Biológicas

LUCAS MICAEL DE JESUS SANTOS

EDUCAÇÃO SEXUAL: Entre os paradigmas escolares

**Paripiranga
2021**

LUCAS MICAEL DE JESUS SANTOS

EDUCAÇÃO SEXUAL: Entre os paradigmas escolares

Monografia apresentada no curso de graduação do Centro Universitário AGES como um dos pré-requisitos para obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Me. Igor Macedo Brandão

Paripiranga
2021

LUCAS MICAEL DE JESUS SANTOS

EDUCAÇÃO SEXUAL: Entre os paradigmas escolares

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas à Comissão Julgadora designada pela Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso da Ages.

Paripiranga, 01 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Igor Macedo Brandão
Ages

Prof. Fábio Luiz Oliveira de Carvalho
Ages

Prof. Dalmo de Moura Costa
Ages

Dedico primeiramente a Deus, obrigado pai, sou muito grato por esse presente maravilhoso que é a vida! Agradeço também pelas pessoas que o Senhor colocou em meu caminho. Em especial, a Dona Maria Aparecida, que me acolheu e revelou o verdadeiro sentido de ter uma mãe. Mãe não é quem te coloca no mundo, é quem te cria e te acolhe em seus braços, é quem participa na escola, é quem aconselha e que está ao seu lado quando você está doente, é quem segura sua mão desde o princípio, minha guerreira, eu te amo!

Aos meus irmãos, José Marcos, Marcos Antônio, Marcos Henrique e Josefa Ana.

Aos meus amigos, em especial, Larissa Tauanne, Tiago Oliveira, Leonardo Fontes, Gislaine, Rosimere Souza e Ana Lucia.

AGRADECIMENTOS

Depois de tanta persistência, ao chegar do trabalho, noites de estudo sem fim, entre algumas derrotas, mas também muitas vitórias, finalmente conseguir chegar ao tão aguardado momento. É hora de olhar para trás, sentir um pouco de orgulho por todo caminho percorrido, e de agradecer primeiramente a Deus pela segunda oportunidade da dádiva da vida, por não ter desistido de mim, estado ao meu lado em cada instante desse percurso, sempre me mostrou que estava presente em todas as minhas fases de felicidade, como também de aflições, o Senhor foi a prova viva que nesse grande ciclo de jornada acadêmica, cheguei acreditar que não seria capaz, e sempre vinha a vontade em desistir nos momentos em que surgiam as barreiras, mas em todos os momentos que vinha esses obstáculos e desafios, o Senhor guiava ao meu caminho pessoas que sempre me davam forças, e aconselhava para que eu continuasse minha grande jornada, sempre me mostrando que nesse grande mundo em que vivemos, nunca estamos sozinhos, sempre iremos depender/ter outras pessoas especiais a nossa volta, ao Senhor minha gratidão infinita.

Costuma dizer que quando uma criança nasce, com ela nasce uma mãe. É uma ideia bonita, mas nem sempre ela encontra correspondência na vida real. Hoje descobrir o verdadeiro sentido de uma mãe. Ser mãe, não apenas é gerar/trazer ao mundo, mas a que te dar todo suporte e afeto, que te acolhe nos braços, é aquela que dormiu debaixo de um leito hospitalar, na esperança de que sobreviva, mesmo sabendo que tinha poucas expectativas de vida.

A minha mãe, Maria Aparecida, eu não sei o que seria de mim sem você, nem onde estaria, e na verdade não quero nunca descobrir. Hoje, quero apenas agradecer pelas noites sem dormir, que se sacrificou, que sofreu em silêncio, que renunciou às suas prioridades, para que eu pudesse realizar as minhas, minha rainha. Espero um dia ser como a senhora. Ter no coração uma generosidade infinita e fazer com que aqueles que me rodeiam sintam uma grande admiração por mim. Esta conquista não seria possível sem o seu apoio e puxões de orelhas, que a eles sou muito grato, essa vitória é nossa.

Tudo se inicia na Ages de Lagarto em 2017, e a barreira se apresentou no momento que não tinha transporte certo, já que a faculdade tinha acabado de ser inaugurada, confesso que sinto até falta dos perrengues, que sofria ao lado dos meus colegas, Tiago, Larissa e

Leonardo, foram momentos de humilhações, mas demos muitas risadas juntos no percurso da faculdade.

Sempre temos amigos especiais que registram grandes momentos em nossas vidas acadêmica, jamais poderia esquecer de vocês, principalmente de Larissa Tauanne, quantas vezes me fez sorrir, que na verdade tinha a vontade de chorar, mas a sua simples presença, seu sorriso, suas palavras de conforto e abraços me davam forças para persistir, sou muito grato a sua amizade, estive junto comigo em todas as aflições, desde o transporte para a faculdade, até no trabalho. Tenho bastante saudades, daqueles dias em que vínhamos dentro do ônibus cantando e gritando, mas só Deus sabia a vontade de choramingar devido às péssimas avaliações feitas, estive presente no momento em que mais precisei, foi a única que me visitou na minha recuperação pós-cirurgia, chegou a chorar comigo na rua, ao relatar meus problemas, sinto bastante a sua falta, te admiro muito, obrigado por participar de minha história.

Sou grato também a Gislaine Santos, ela me permitiu enxergar situações que às vezes não percebemos o seu real sentido, hoje considero a irmã que a Ages me deu, a qual compartilho as minhas experiências tanto profissionais como pessoal. Durante esses 4 anos e meio, conheci bastante pessoas, como também a cada semestre se afastaram, e você sempre estive ao meu lado, sei que às vezes exagero, desculpa por tudo, saudades de nossos selfies no espelho, de nossas conversas entre os corredores da faculdade, você é uma garota incrível, jamais mude a sua essência.

Agradeço aos meus amigos virtuais por me mostrarem que o mais importante em uma amizade é o carinho e a lealdade, entre eles meu amigo psicólogo, João Paulo Vieira, que me atendia de segunda a sexta via Whatsapp, e não tinha hora, era ilimitado, aguentou escutar minhas lamentações. Também não poderia esquecer do meu amigo, Leonardo dos Santos, que me dava apoio emocional, elevando sempre minha autoestima. A Michel Felix e Jerfesson que contribuíram na tradução e formatação do trabalho, a minha madrinha Rosimere Souza, que tornou-se a minha segunda mãe, dando puxões de orelha para que eu acordasse na vida, sei que posso contar com a senhora em todas as ocasiões, muito obrigado por me acolher, que Deus te abençoe sempre.

Aos meus mestres, a palavra que expressa a admiração, respeito e carinho é agradecimento. Agradecer pela paciência, pela partilha de conhecimento, pelos ensinamentos para a vida. Se não fossem vocês, eu não teria um motivo para lutar por algo chamado sonho (tornar-me Biólogo). Em todos os momentos que já vivi e que ainda vou viver com vocês, sempre tive e sempre terei a certeza de que posso realizar meus sonhos, pois vocês me fizeram

acreditar nisso. E podem ter certeza de que jamais me esquecerei de vocês, não importa o tempo, pois não há como esquecer aqueles que foram predestinados a estar sempre no meu coração. Vocês sempre serão meus mestres.

Não poderia esquecer de mencionar o nome desses grandes mestres que serviram como fonte de inspiração: Daniel Queisada, Ana Karla Montenegro, Carlos Eiras, Flávia Michelle, Patrícia Matos, Silvia Manoela, Camila Dantas, Calila Caldas, Tiago Rosario, Érica Fernanda, Matheus, Risomar, Aurélia, Fábio Luiz e Dalmo de Moura. Ao meu orientador Dr. Igor Macedo Brandão, e a todos que passaram por minha graduação, minha eterna gratidão.

Durante a graduação de Biologia, muitas pessoas passaram pelo meu caminho, mas só os verdadeiros amantes da natureza, só os que amam a vida em todas as suas formas são capazes de permanecer nele até o final. Enfim, hoje, tenho orgulho em dizer, realizei mais uma meta, mais um sonho, agora sou professor e biólogo.

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação.
Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

Mahatma Gandhi

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir a respeito da importância da educação sexual no contexto escolar a partir de uma revisão de literatura, apoiada em pesquisa sistemática. A sexualidade é um assunto que provoca grandes reflexões e já possui diversas pesquisas nas mais diferentes áreas do conhecimento, como: a psicologia, a medicina, a antropologia, a sociologia, a educação, entre outras. A sexualidade e a educação é um tema que engloba muitos projetos e iniciativas de educação sexual, visto que a perspectiva de gênero sempre foi uma grande problemática. Com o surgimento dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto a sexualidade quanto o gênero passaram a fazer parte de discursos e práticas educacionais dentro das escolas brasileiras, porém ainda causando bastantes conflitos. A escola é um dos espaços em que se há maior dificuldade para abordar temas tão complexos quanto o gênero e a sexualidade, e o despreparo dos professores contribui para a realidade de tantos tabus. Desse modo, torna-se importante o estabelecimento de estratégias que promovam discussões, mostrando para os discentes a importância dos valores de cada um e da igualdade. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo: trazer uma reflexão sobre a abordagem da sexualidade dentro das escolas, mostrando a importância de se abordar tais questões em sala de aula, principalmente, para a construção de uma sociedade igualitária, respeitosa e menos desigual, buscando alcançar os objetivos elencados, propôs-se a realização de uma revisão integrativa da literatura, visando reunir e sintetizar os resultados de pesquisas, contribuindo, assim, para o aprofundamento do conhecimento do pesquisador em relação ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas educacionais. Sexualidade. Gênero e educação.

ABSTRACT

This study aims to discuss the importance of sex education in the school context from a literature review, supported by systematic research. Sexuality is a subject that provokes great reflections and already has several researches in the most different areas of knowledge, such as: psychology, medicine, anthropology, sociology, and education, among others. Sexuality and education is a theme that encompasses many projects and sexual education initiatives, since the gender perspective has always been a major problem. With the appearance of the PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (National Curriculum Parameters), both sexuality and gender became part of the discourse and educational practices in Brazilian schools, but still causing many conflicts. School is one of the spaces where it is most difficult to approach such complex themes as gender and sexuality, and teachers who are not prepared contribute to the reality of so many taboos. Thus, it is important to establish strategies that promote discussions, showing students the importance of the value of each person and equality. Therefore, this work aims to bring a reflection on the approach to sexuality in schools, showing the importance of addressing such issues in classroom, mainly for the construction of an egalitarian, respectful and less unequal Society. Seeking to achieve the listed objectives, it was proposed an integrative literature review, aiming to gather and synthesize research results, thus contributing to the deepening of the researcher's knowledge on the subject.

KEYWORDS: Educational practices. Sexuality. Gender and education

LISTAS

LISTA DE QUADROS

1: Fluxograma de aquisição do corpus e resultados	40
2: Ano de publicação dos artigos e sua quantidade	41
3: Resumo dos trabalhos científicos encontrados nas bases de dados online.....	41

LISTA DE FIGURAS

1: Construção histórica e cultural da sexualidade	23
2: Reflexões sobre os conceitos de Educação Sexual (continua)	24
3: Reflexões sobre os conceitos de Educação Sexual (continuação)	25
4: Educação sexual.....	31
5: Educação sexual.....	31
6: Família padrão	41

LISTA DE GRÁFICOS

1: Publicações acerca de Educação Sexual com foco na população LGBTQI+	38
--	----

LISTA DE SIGLAS

AIDS

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BZgA

Centro Federal de Educação para a Saúde

DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
IPPF	Federação Internacional de Planejamento Familiar
ITGSE	Orientação Técnica Internacional sobre Educação Sexual
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PESCC	Project for Sexuality Education and Construction of Citizenship
UNESCO	Nações Unidas Organização Educacional, Científica e Cultural
UNFPA	United Nations Population Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA.....	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 Definindo educação sexual	17
3.1.1 Evidências da eficácia da educação sexual	20
3.1.2 Enfatizando gênero e poder.....	20
3.1.3 Abordagem de empoderamento para uma sexualidade abrangente à educação.....	22
3.2 Desafios da inserção das questões de gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas..	22
3.3 O professor e suas práticas pedagógicas	28
3.4 Análise da situação da educação sexual	31
3.5 A qualidade do programa atual	33
3.6 Educação sexual relativa à temática LGBTQI+.....	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1 Educação sexual no contexto escolar.....	46
4.2 Conceitos de Sexo, Gênero, Identidade e Orientação.....	48
4.3 PCN é a educação sexual	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é um assunto que provoca grandes reflexões e já possui diversas pesquisas sobre o assunto nas mais diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a medicina, a antropologia, a sociologia, a educação, entre outras.

Viver e conviver em sistema de leis, normas, preceitos morais, religiosos, jurídicos ou educacionais que discriminem e desprezem o modo do homem e da mulher de ser, bem como sua forma de se expressar, seus desejos e seus prazeres, quando diferentes do considerado “normal” é algo intolerável.

O trabalho terá como objetivo específico, em que corresponde aos resultados concretos do projeto, discorrer sobre os principais desafios da inserção das questões de sexualidade e gênero nas escolas; apresentar as principais práticas pedagógicas relacionadas à educação sexual e como o professor pode exercer esse papel; discutir os principais aspectos da educação sexual nas escolas, discutir a respeito da importância da educação sexual no contexto escolar. Na qual pretende alcançar e contribuir no objetivo geral que é discutir a respeito da importância da educação sexual no contexto escolar.

A escola é um dos espaços em que se há maior dificuldade para abordar temas tão complexos como o de gênero e a sexualidade, e o despreparo dos professores contribui para a realidade encontrada dentro da sala de aula, que está longe de ser mudada – uma realidade repleta de bullying, preconceito e discriminação. Ignorar tais situações implica na cooperação com atos violentos.

Desse modo, torna-se importante o estabelecimento de estratégias que promovam discussões, mostrando para os alunos a importância dos valores de cada um e da igualdade. Os professores precisam estar preparados para lidar com os mais variados acontecimentos dentro do âmbito escolar, no que diz respeito a seus alunos e seus colegas, sejam eles professores, diretores ou supervisores. O docente é capaz de fazer a diferença a partir do momento em que consegue se posicionar diante de situações que ocorrem em seu dia a dia escolar.

O professor, acima de tudo, é o responsável pela formação de cidadãos conscientes, críticos, capazes de compreender o mundo e suas complexidades, sendo um profissional licenciado para tal.

Promover discussões e debates, independente do assunto, enriquece a vida do aluno ao mesmo passo em que também enriquece a vida do professor. Mas como o professor pode contribuir para o conhecimento de seus alunos no que concerne questões acerca da sexualidade e do gênero?

Nos dias atuais, tais questões participam de forma intensa do nosso cotidiano – constantemente, desejos são descobertos, reprimidos e aflorados. Nos é passado que meninos devem brincar apenas com coisas de meninos e meninas devem brincar e se comportar como meninas. Apesar disso, tivemos um grande avanço em relação à liberdade de expressão, se comparado aos tempos antigos.

Não podemos negar, porém, que a falta de conhecimento, assim como a ignorância e a intolerância, gera além da violência, uma série de conflitos de modo que ao mesmo tempo em que os mais variados direitos sobre a sexualidade e o gênero são conquistados, os crimes de ódio têm aumentado na mesma proporção.

No Brasil, essas discussões começaram nos anos 90, com estudos que afirmavam que a sexualidade engloba diversos comportamentos, crenças, relações e identidades que são construídas na sociedade, sendo historicamente forçadas, permitindo com que homens e mulheres vivam de acordo com seus modos individuais, seus desejos e seus prazeres.

A homossexualidade, por exemplo, compreende indivíduos que sentem desejo ou possuem relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo (BORRILLO, 2009). Os homossexuais sofrem grande discriminação e preconceitos – chamados de homofobia, um comportamento próximo à aversão irreprimível, medo e ódio perante homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais. É uma consequência direta da hierarquia sexual que confere aos heterossexuais, aqueles que se sentem atraídos por pessoas do sexo oposto, um status de superioridade, sendo visto como algo “natural”.

Existem diversos estudos e pesquisas relacionados à homofobia, que ampliam tal discussão, entendendo-a como um fenômeno social diretamente relacionado com preconceitos, discriminação e violência perante os indivíduos, suas expressões e seus estilos de vida – que representam uma “ameaça” por se desviarem das normas de gênero, visto que apenas o heterossexual e heteronormativo são possíveis.

As atividades pedagógicas devem ser desenvolvidas de modo a promover a inclusão de debates sobre gênero, o corpo e a sexualidade dentro das práticas normativas, destacando e valorizando a pluralidade de cada um, aceitando sua singularidade.

Por meio de uma breve revisão bibliográfica, iremos trazer uma reflexão acerca desses temas tão importantes para as práticas pedagógicas, buscando colaborar com dicas tanto para

os acadêmicos quanto para os profissionais da educação, mostrando a importância de trabalhar com tais temas no âmbito escolar.

Desde a inclusão da diretriz Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais no Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) como um tema transversal, a sexualidade passou a ser reconhecida na formação de futuros docentes e pedagogos, de modo que se faz necessário que o educador tenha acesso “à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola”, o que possibilita construir uma postura profissional e consciente diante desse tema (BRASIL, 1998, p. 303).

A sexualidade é “o que há de mais íntimo nos indivíduos”, os reunindo de maneira global como uma única espécie (ALTMANN, 2001, p. 576) e a complexidade desse tema, por ser grande, abrange todos os campos sociais, e é na escola que a criança começa a ter contato com o outro, expressando seus sentimentos e esclarecendo dúvidas e questionamentos que muitas vezes os pais não conseguem responder. De acordo com os PCNs (1998, p. 292) a sexualidade ganha espaço no âmbito escolar mediante as atitudes dos alunos dentro de sala de aula e de sua convivência social.

A expressão da sexualidade não pode ser negada na medida em que fazem parte de conversas, piadas, brincadeiras, interações sociais, entre outros, principalmente quando as crianças reproduzem tudo o que lhes é apresentado em seu cotidiano.

2 METODOLOGIA

Buscando alcançar os objetivos propostos para esse estudo, propôs-se a realização de uma revisão integrativa da literatura, que segundo Mendes (2008) tem como objetivo, reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema, de forma sistemática e ordenada, contribuindo, assim, para o aprofundamento do conhecimento do pesquisador em relação ao tema.

E isso implica no cumprimento de uma série de etapas, a começar pela definição da pergunta chave do estudo, no caso: “Qual é a importância da Educação Sexual no contexto escolar?”, bem como a definição dos critérios de inclusão e exclusão de obras a serem utilizadas para a revisão sistemática, leitura dos artigos, recolhimento de informações, análise de resultados, interpretação e discussão (MENDES, 2008).

A pesquisa se deu nos dias 27 de agosto a 19 de setembro de 2021 nas seguintes bases de dados: “Google Acadêmico”, “SciELO” e “Science Direct” com o auxílio das palavras chave: “Educação Sexual”, “Escola” e “gênero”. Dentro do recorte de 10 anos de publicação para os artigos científicos. Sendo que os artigos deveriam se encontrar presentes na íntegra e disponibilizados gratuitamente em repositórios virtuais de revistas e instituições de ensino. Portanto, qualquer publicação fora desse escopo foi excluída.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Definindo educação sexual

Nos últimos anos, agências internacionais, como a *United Nations Population Fund* (UNFPA) e as Nações Unidas Organização Educacional, Científica e Cultural (UNESCO), e vários pesquisadores e profissionais têm, como parte de promoção da educação sexual, reiteraram o apelo à ênfase no contexto, especialmente gênero e direitos dentro dos programas. Por exemplo, para esclarecer todos os elementos que constituem a educação sexual.

Uma base em valores e direitos humanos de todos os indivíduos como um núcleo componente, não um complemento; informações completas e cientificamente precisas sobre direitos humanos, normas de gênero e poder nos relacionamentos, (incluindo consentimento e tomada de decisão, coerção sexual, violência por parceiro íntimo e de gênero e diversidade sexual); o corpo, puberdade e reprodução; relacionamentos, comunicação e tomada de decisão; e saúde sexual (incluindo DSTs / HIV e AIDS, gravidez indesejada, preservativos e anticoncepcionais, e como ter acesso à saúde e outros serviços de suporte).

Um enfoque de gênero (normas de gênero e igualdade de gênero) como um tópico autônomo e também infundido em outros tópicos; além disso, tal conteúdo de gênero se encaixa com os esforços para manter meninas na escola e para promover uma aprendizagem igualitária ambiente; um ambiente de aprendizagem seguro e saudável; abordagens de ensino eficazes que são participativas, ajudam os alunos, personalizam as informações e fortalecem suas habilidades na comunicação e tomada de decisão e na crítica de pensamento; defesa da juventude e engajamento cívico na concepção do programa mas também na capacitação dos alunos além do currículo, como agentes em suas próprias vidas e líderes em suas comunidades; adequação cultural, adaptada conforme necessário para as subpopulações.

Outras agências internacionais como a UNESCO e a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) também defendem uma abordagem que reconhece e promove os direitos humanos; igualdade de gênero; e o conhecimento, valores e habilidades necessárias para prevenção do HIV e saúde sexual (INTERNATIONAL PLANNED PARENTHOOD

FEDERATION, 2013). O Internacional Orientação Técnica sobre Educação Sexual (ITGSE) (2009), que carrega os logotipos do UNAIDS (Joint United Nations Programa sobre HIV e AIDS), UNESCO, UNICEF, UNFPA e a Organização Mundial da Saúde (OMS), dentro de uma das características de programas efetivos, aponta o gênero em sua descrição de uma característica chave do currículo: “Para ser eficaz em reduzindo o comportamento sexual de risco, os currículos precisam examinar criticamente e lidar com essas desigualdades e estereótipos de gênero” (ITGSE, p. 20).

Essa ênfase não é simplesmente um tópico adicional. Em vez disso, depende da visão de que a educação sexual busca explicitamente empoderar jovens, especialmente meninas e outros jovens marginalizados, pessoas querem ver a si mesmas e aos outros como membros iguais em suas relações, capazes de proteger sua própria saúde, e como indivíduos capazes de se engajarem como participantes ativos na sociedade.

Embora o mandato para enfatizar subjacente ou habilitar condições que afetam a saúde são articuladas em documentos como a Carta de Ottawa para Promoção da Saúde, CIPD e outros acordos internacionais, o campo da educação sexual tem apenas gradualmente, e às vezes de forma desigual, começou a integrar essa aproximação. Na verdade, relativamente poucos programas de educação sexual abordam empoderamento ou igualdade de gênero de forma significativa e consistente (KAIDBEY; MONA, 2011).

Como caracterizar sucintamente tais programas de forma que refletir e reforçar a mudança em evolução tem sido um desafio. Infelizmente, a terminologia permaneceu imprecisa. Embora a educação sexual é claramente contrastada com a educação "somente para a abstinência" (somente abstinência refere-se a programas que promovem exclusivamente abstinência e não fornecem informações sobre preservativos e contracepção, enquanto a educação sexual fornece informações precisas sobre preservativos e anticoncepcionais, sexualidade e reprodução), os demais elementos abrangidos pelo rótulo variam.

Muitos documentos internacionais, incluindo documentos da autores desse artigo; recorreram a um método um tanto estranho add-ons para o rótulo, como "sensível ao gênero", "centrado no gênero e no poder", "transformador do gênero", "orientado para o pensamento crítico", "baseado nos direitos", "orientado para a cidadania" e “orientado para o empoderamento” para especificar que esses elementos são incluídos.

É útil distinguir entre educação sexual e programas que tratam e não abordam gênero/poder, para esse artigo, usamos o termo "educação sexual convencional" para nos referir a programas que abordam preservativos/contracepção, mas não conseguem enfatizar gênero/poder. Pegando emprestado de Gutierrez et al. (2000) e de vários programas locais,

nos referimos a uma "Abordagem de empoderamento" para se referir mais explicitamente a sexualidade e programas de educação sobre HIV que enfatizam gênero/poder, para nomear explicitamente os mais negligenciados ou a má compreensão dos elementos identificados na CIPD e refletiu mais plenamente a letra e o espírito da Carta de Ottawa para a Saúde Promoção.

A diferença na nomenclatura muitas vezes reflete uma diferente orientação teórica. Os currículos convencionais são geralmente com base em uma teoria de mudança de comportamento (como aprendizagem social ou teoria social cognitiva), que afirma que as pessoas aprendem observando os outros. Os currículos baseados nessas teorias enfatizam situações de aprendizagem (como dramatizações ou aprender o que é prática de pares) considerada mais provável de levar a um comportamento de mudança. Eles também podem se basear na teoria das normas sociais, a ideia de que o comportamento pode ser mudado, ajudando os alunos a entender que suas percepções da atividade sexual e atitudes de seus pares podem ser impreciso.

A educação sexual que enfatiza o empoderamento pode incorporar essas abordagens teóricas e reconhece que o conhecimento confere algum *power* but também os estende. Por exemplo, implicitamente ou explicitamente, esses currículos abrangem a teoria feminista, que prevê que chegar a compreender como a desigualdade de gênero é social, permite a reflexão pessoal e crítica sobre gênero e normas, levando a diferentes decisões e comportamentos (TICKNER et al., 2001).

Consequentemente, a teoria feminista, como a Teoria de Gênero e Poder (CONNEL, 1987), ajuda os alunos a compreender as origens das percepções equivocadas dos colegas (por exemplo, expectativas sociais para os meninos "marcarem") e para criticar essas normas. Uma abordagem de empoderamento também tende a se basear na teoria freiriana que postula que a educação pode (e deve) capacitar os alunos a reconhecer como as desigualdades sociais dão origem a problemas que as pessoas experimentam como individuais (FREIRE, 2000).

Essas teorias levam a uma ênfase nas abordagens de ensino que envolvem os alunos a questionar as normas prevalentes por meio do pensamento crítico e da análise sobre seu contexto social. O objetivo é que, à medida que os discentes adotam mais atitudes igualitárias e relacionamentos, eles vão adotar diferentes comportamentos e se sentem capacitados para aplicar seus princípios e valores em ações e outros resultados positivos. A eficácia do fortalecimento do enfoque de empoderamento é discutida na seção seguinte.

3.1.1 Evidências da eficácia da educação sexual

Uma série de avaliações foram concluídas recentemente sobre a redução de risco sexual. Algumas revisões e meta-análises descobriram que há uma escassez de programas eficazes (DICENSO *et al.*, 2002; MICHELSEN *et al.*, 2010), enquanto outros concluem que os programas de redução são geralmente eficazes (KIRBY *et al.*, 2007; Johnson *et al.*, 2008). De fato, algumas resenhas descobrem que cerca de dois terços das avaliações mostram reduções em comportamentos sexuais de risco direcionados (Kirby *et al.*, 2007; Underhill *et al.*, 2007; Kirby, 2011).

Embora tais descobertas pareçam encorajadoras à primeira vista, uma análise mais profunda sugere espaço para melhorias. Primeiro, a magnitude do efeito é normalmente bastante modesta. Em segundo lugar, é notável que um terço dos programas falham em demonstrar tal mudança em até mesmo um comportamento. Terceiro, porque as avaliações que avaliam os resultados biológicos são mais caras e complexas, a maioria das intervenções define compreensivelmente o sucesso em termos comportamentais.

No entanto, muitas revisões recomendam o uso de resultados biológicos como uma medida objetiva da eficácia do programa, em vez de contar os autorrelatos de mudança de comportamento (MAGNUSSEN *et al.*, 2004; MICHELSEN *et al.*, 2010; MAVEDZENGE *et al.*, 2010; HARRISON *et al.*, 2010; ROSS, 2010). A preocupação é que, embora os dados comportamentais sejam importantes para coletar (e iluminar os caminhos comportamentais através dos quais uma intervenção tem seus efeitos), são marcadores limitados para avaliar sucesso e informar conclusões sobre os elementos do programa essencial para esse sucesso.

Infelizmente, entre os programas, rastrear resultados de saúde (ou seja, reduções de DST ou gravidez), a taxa de sucesso foi muito menor (KIRBY *et al.*, 2007; UNDERHILL *et al.*, 2007; KIRBY, 2011). Dito isso, estudos recentes apontam para um potencial muito promissor para reduzir às taxas de ISTs e gravidez indesejada.

3.1.2 Enfatizando gênero e poder

Em parte, porque poucos programas historicamente enfatizam gênero e direitos, sua influência potencial na eficácia recebeu pouca atenção. No entanto, há evidências crescentes

de que uma abordagem de empoderamento é particularmente eficaz (ROTTACH *et al.*, 2009; GAY *et al.*, 2014).

Prévias avaliações de diferentes tipos de programas de SRH desde reprodutivas intervenções de saúde para meninas casadas, para homens em projetos de maternidade, para programas de microcrédito para mulheres marginalizadas, descobriram que a atenção às questões de gênero melhora a reprodução e resultados de saúde (ROTTACH *et al.*, 2009; GAY *et al.*, 2014). Uma análise recente deu uma olhada mais de perto, estudos de programas de redução de risco sexual que usaram a maior barra para medir a eficácia, ou seja, aqueles que mediram STI ou taxas de gravidez indesejada.

Não surpreendentemente, dado o forte efeito que gênero e poder têm nos resultados de SSR, programas que abordam questões de gênero e poder foram marcadamente mais propensos a demonstrar efeitos positivos significativos sobre resultados de saúde do que aqueles programas que ignoraram tais abordagens (HABERLAND, 2010).

Programas que ignoravam gênero e poder eram convencionais Programas de Educação Sexual, incluindo alguns amplamente usados e adaptados, alguns dos quais relataram uma mudança em um comportamento e resultado, mas a maioria dos quais não conseguiu demonstrar um significativo impacto na gravidez ou DSTs. Em contraste, programas que abordou gênero e poder incluiu, por exemplo, programas como o projeto *Horizons*, que se baseia na Teoria de gênero e poder e na teoria social cognitiva.

Conduzido entre meninas adolescentes e afro-americanas nos Estados Unidos, essa intervenção enfatizou o orgulho étnico e de gênero, HIV conhecimento, comunicação, habilidades de uso de preservativos e relacionamentos saudáveis. Essa intervenção resultou em uma redução substancial de 35% de risco em adquirir clamídia entre os participantes do programa; não surpreendentemente, o uso de preservativos aumentou (DICLEMENTE *et al.*, 2014).

Outro é um alvo programa no Quênia para aumentar a compreensão das meninas sobre os riscos de sexo intergeracional. Esse programa usou interativos e críticos métodos de raciocínio para destacar as taxas de HIV, significativamente mais altas entre os homens mais velhos e as implicações dos relacionamentos do *sugar daddy*. Essa intervenção é particularmente notável por duas razões: primeira, o programa reduziu a gravidez em 28% e, segunda, o programa foi baseado na escola (DUPAS, 2011). Da mesma forma, o currículo orientado para gênero e empoderamento, Stepping Stones, na África do Sul resultou em 33% de redução na incidência do vírus herpes simplex 2 (JEWKES, 2008).

3.1.3 Abordagem de empoderamento para uma sexualidade abrangente à educação

Uma mudança no sentido de envolver os jovens no pensamento crítico sobre gênero, poder e direitos levanta outra questão: pode, ou deve, visar uma gama mais ampla de resultados relacionados a casamento, coerção sexual, violência de parceiro íntimo, bullying homofóbico, agência de meninas, segurança escolar, tráfico sexual e/ou normas de gênero? Na verdade, o quadro de ação do UNFPA para adolescentes e jovens de 2007 aborda essa constelação de problemas, todos os quais, por sua vez, podem contribuir para alcançar objetivos de desenvolvimento do milênio sobre pobreza, educação, gênero igualdade, mortalidade materna e prevenção do HIV.

As evidências preliminares sugerem que os esforços para abordar questões sociais subjacentes podem valer a pena para vários resultados interrelacionados. Por exemplo, o Projeto H relata que um enfoque de gênero levou a declínios no uso autorrelatado de violência física entre os homens (INSTITUTO PROMUNDO, 2012).

Dupas (2011), no estudo descrito anteriormente, encontrou uma redução no sexo intergeracional. Da mesma forma, o currículo Stepping Stones também resultou na redução de relatos de violência praticada por parceiro íntimo (2008). Embora as normas de gênero sejam um fator de entrada para uma série de resultados, mais pesquisas são necessárias para demonstrar se os programas com foco na capacitação podem fornecer uma chave para abrir o portão.

3.2 Desafios da inserção das questões de gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas

Durante muitos anos a sexualidade sofreu diversas tentativas de ser anulada, ignorada e evitada. Tornou-se uma preocupação do âmbito escolar no século XVIII, ganhando dimensões de problema público – até esse momento, a sexualidade e a educação sexual eram vistas como responsabilidade da família, sendo arbitrária a inserção da educação social nos programas de saúde escolares (ALTMANN, 2001).

O nome que se pode dar a um dispositivo histórico: [...] à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles

e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1999, p. 100).

Foucault (1999) definiu sexualidade como um dispositivo histórico e não somente um dispositivo biológico. Ele considerou a sexualidade mediante suas diferentes facetas, na qual as práticas não se mostravam como segredo e as palavras eram ditas sem reticência e sem disfarce. Com o passar do tempo, ela foi sendo confiscada cautelosamente, de modo a ser encarcerada, vista apenas sob a ótica reprodutora – ficando restrita aos pais em seus quartos.

Período	Características
1. Sexualidade primitiva mítica 	Etapa da compreensão mítica, semidivinizada das sociedades agrárias do Oriente Médio. Religião e magia como aparelho conceitual desses povos. Sexo, religião e trabalho estão em íntima relação com o fenômeno da vida.
2. O modelo patriarcal 	Inicia-se com o advento das civilizações urbanas do mundo antigo. O sexo gradualmente perde seu caráter mítico e passa a ser "racionalizado" e controlado.
3. A sexualidade proscriita na Idade Média 	Coincide com a desestruturação do mundo antigo com a queda do Império Romano e a emergência da Igreja como instituição que catequiza e organiza o mundo bárbaro. A inspiração cristã, o platonismo "batizado" e o maniqueísmo mesclam-se ao novo imaginário social construído pela Igreja por meio do enquadramento dos povos bárbaros na doutrina cristã. Dominar o corpo e reprimir o sexo constitui o ideal da vida cristã.
4. A puritanização do sexo 	Etapa ligada à transformação do mundo medieval com o advento da sociedade capitalista, das entranhas do feudalismo. A energia sexual deve ser direcionada para o trabalho.
5. A descompressão sexual 	Ligada à perda da hegemonia europeia sobre o mundo e com o advento da sociedade de consumo. Perda do espírito erótico. Segundo Marcuse, (1975) é o "prazer mecanizado".

Figura 1: Construção histórica e cultural da sexualidade.
Fonte: Nunes (1997).

O controle da sexualidade passou a ser feito por meio de normas instituídas e modelos de vida, agindo diretamente sobre os corpos das pessoas e o primeiro controle da sexualidade se deu sob a forma da família: foi na família burguesa e aristocrática que a sexualidade de crianças e adolescentes passaram a ser problematizadas – a sexualidade feminina foi

medicalizada e o sexo foi psiquiatrizado, além da utilização de técnicas científicas para a correção de patologias associadas ao sexo (FOUCAULT, 1999).

No final do século XIX, por questões de saúde e higiene, a sexualidade passou a ser mantida em vigilância por todos os níveis do corpo social – família, exército, escola, medicina, polícia, entre outros (FOUCAULT, 1999). Logo, podemos dizer que a educação sexual não surgiu a partir dos PCNs, porém foi a partir deles que o tema foi reinscrito no âmbito escolar, dentro do contexto histórico e de acordo com as demandas da sociedade, quando a orientação sexual se tornou um campo de grande relevância para a educação.

De acordo com Nóvoa (2009), estamos diante de uma nova realidade, nunca antes vista na história, onde os pais e a própria sociedade cobram dos professores aquilo que não conseguem entender e explicar, de modo que os professores devem ajudar na restauração de valores, impondo regras da vida social, além de combater a violência, evitar as drogas, resolver questões acerca da sexualidade, entre outros (NÓVOA, 2009). A seguir, trazemos a visão de alguns atores acerca do conceito de educação sexual:

Ferrer (1992)	"Educação sexual é parte da educação geral que incorpora os conhecimentos biopsicossociais da sexualidade, como parte da formação integral do educando. Seu objetivo básico é atingir a identificação e integração sexual do indivíduo e capacitá-lo para que crie seus próprios valores e atitudes que lhe permitam realizar-se e viver sua sexualidade de uma maneira sã e positiva, consciente e responsável dentro de sua cultura, sua época e sua sociedade". (FERRER, 1992, p.37).
Ribeiro (1990)	A educação sexual - constituída pelo e em processos culturais contínuos que, desde o nascimento, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos, ligados à manifestação de sua sexualidade. Essa educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no bairro, com os amigos, pelos meios de comunicação etc. É a própria evolução da sociedade que determina os padrões sexuais de cada época e, conseqüentemente, a educação sexual do indivíduo. (RIBEIRO, 1990).
Vasconcelos (1971)	"Educação sexual é abrir possibilidade, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência". (VASCONCELOS, 1971, p.111).

Figura 2: Reflexões sobre os conceitos de educação sexual (continua).
Fonte: Nunes (1997).

Suplicy (1981)	"Educação sexual será o processo de preparar os orientandos para tomar suas próprias decisões entre uma variedade de alternativas concorrentes, sempre tendo como parâmetros os valores unânimes de uma sociedade democrática: honestidade, ausência de exploração, respeito pela integridade do outro, pela condição do outro, respeito por si mesmo, igualdade de direitos entre o homem e a mulher". (Folha de São Paulo, 1981, p.3).
Nunes (1987)	"A educação sexual não é uma mera questão técnica, mas, sim, uma questão social, estrutural, histórica". (NUNES, 1987, p.14). "Só é possível a educação sexual em uma perspectiva dupla: de um lado, crítica de todas as construções, significações, modelos históricos e sociais, que envolvem as proibições, os interditos e permissões; e, de outro, o pessoal, o afetivo, o existencial, que a educação tecnicista tende a sufocar num discurso objetivo e distante. Deve-se buscar o justo meio de transmitir esta contradição de maneira honesta e significativa". (idem, p.18).
Werebe (1998)	"Uma autêntica educação sexual deve ter objetivos amplos: oferecer à criança e aos jovens a possibilidade de compreender as dimensões e significação da sexualidade, de maneira a integrá-la positivamente na personalidade, a contribuir para que possam realizar projetos de vida pessoal e social como seres sexuados". (WEBERE, 1998, p. 163).
Cabral (1995)	"O educador que se ocupar desta tarefa – educação sexual – necessita conhecer a si próprio, conhecendo a história do homem e das sociedades através dos tempos. A isto poderíamos chamar de atitude socrática. E neste sentido, como as práticas amorosas e sexuais também se expressam, sendo elas produtoras da história e da cultura". (CABRAL, 1995, p. 154)
Melo (2011)	"Os seres humanos se educam na relação, mediatizando pelo mundo, como disse Paulo Freire. Portanto, toda relação humana, sempre social, é sempre educativa. E sempre sexuada, já que a dimensão sexualidade é inseparável do existir humano, sempre sexual, portanto é também educação sexual: processo constante existente entre os seres humanos. Todos educam todos queiram ou não, saibam ou não...". (entrevista com a autora).

Figura 3: Reflexões sobre os conceitos de educação sexual (continuação).

Fonte: Brasil (2017).

As ações educacionais que promovem a igualdade de gênero, bem como a inclusão social e a cidadania para todos, é capaz de combater o sexismo e a homofobia, tendo respaldo em leis e programas, como o programa de 2004 desenvolvido pelo Governo Federal, "Brasil sem Homofobia" (BRASIL, 2004). Esse programa tem em sua constituição diversas ações, as quais destacamos:

- A elaboração de diretrizes que possam orientar os Sistemas de Ensino em implementar ações que promovam o respeito ao cidadão e a não-discriminação por conta da orientação sexual do indivíduo;

- A fomentação e o apoio ao curso de formação inicial e contínua de professores dentro da área da sexualidade;
- Formação de equipes multidisciplinares que avaliem os livros didáticos, eliminando aspectos discriminatórios relacionados a orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos, como filmes, vídeos e publicações relacionadas à orientação sexual e à superação da homofobia;
- Oferecer apoio e divulgar a produção de materiais específicos voltados para a formação de professores;
- Divulgar e promover informações científicas sobre sexualidade humana;
- Estimular a pesquisa, difundindo conhecimentos que contribuam para a diminuição da violência e da discriminação;
- Criação do Subcomitê sobre educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, promovendo a participação do movimento de homossexuais, para que eles possam acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

A partir desse programa, foi possível fortalecer a sexualidade dentro da perspectiva dos direitos humanos, a situando entre os direitos fundamentais, garantindo o livre e pleno exercício da cidadania, independente da sexualidade do indivíduo. A maioria dos cursos de graduação não possuem disciplinas capazes de promover o debate acerca de relações de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Desse modo, o profissional da educação deve encarar o desafio de discutir sobre sexualidade, gênero e homofobia, dentro do seu exercício de docência. Embora esses sejam temas que gerem problemas e polêmicas em relação ao âmbito escolar, eles são os que mais precisam de esclarecimento e reflexão desde cedo. A escola é vista como o lugar onde se tiram dúvidas, sendo a responsável por indicar o caminho certo e permitir com que o indivíduo se conheça ao mesmo tempo que interage com sua identidade.

A pedagogia da sexualidade implica no disciplinamento dos corpos, acontecendo de maneira sutil e discreta, embora na maioria das vezes seja eficiente e duradoura, chegando a omitir questões relacionadas à sexualidade, contribuindo para o desconhecimento e a ignorância (LOURO, 2000).

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a

justiça, etc. também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditórios (LOURO, 2000, p. 21).

Durante esse processo, o professor também desconstrói sua visão conservadora, se for o caso, além de ser desafiadora a abordagem de questões que envolvem tais temáticas, visto que muitos professores podem não se sentir seguros e habilitados para tratar esses temas em sala de aula – especialmente se realmente houver casos de discriminação e preconceito dentro do âmbito escolar.

A oposição às normas heteronormativas, dentro da educação, é bastante vulnerável e durante muito tempo a escola era o espaço que se empenhava em garantir que meninos e meninas se tornassem homens e mulheres que correspondessem às noções de masculinidade e feminilidade (LOURO, 2000).

Chamar alguém de “homossexual”, como uma ofensa (palavrão), pode levar o jovem ofendido a criar uma resistência e até mesmo rejeitar a homossexualidade, o que acarreta medos, respostas agressivas e um aumento da violência – estando ainda relacionado ao baixo desempenho, reprovação e evasão escolar (ROSELLI-CRUZ, 2011).

Seffner (2013) abordou como é desafiador enfrentar dificuldades nas questões de gênero e sexualidade em sala de aula, pois são marcadas por valores morais e, inclusive, religiosos, que causam uma reação similar ao pânico:

Se Rafael, numa classe de educação infantil, certo dia, na hora de escolher uma fantasia, enfiou-se num vestido, a professora já percebe aí o primeiro passo em direção à homossexualidade, e o pânico se instala. Fica-se na obrigação de intervir, porque todos sabem que “é de pequenino que se torce o pepino” (SEFFNER, 2013, p. 5).

Em entrevistas feitas com professores, Ávila, Toneli e Andaló (2011) ouviram a respeito da abordagem sobre a homossexualidade, que:

O “mais difícil de lidar”, porque tinham de “lidar” com uma questão que, além de a “sociedade não aprovar” e sua religião considerar uma “abominação”, era “uma escolha” que não “conseguiram aceitar e, com todo o respeito”, não poderiam “deixar de tentar ajudar a pessoa a mudar.” Não obstante, somente uma informante de fato fez isto, porque seria “algo que só traz prejuízos à vida da pessoa, que vai sofrer com o preconceito (...) e não vai estar de acordo com o que Deus deixou pra nós.” Após muitas horas de entrevistas, uma das informantes chegou a problematizar a desaprovação religiosa às homossexualidades e a obrigatoriedade da iniciativa de “ajudar a pessoa a mudar” (ÁVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011, p. 296).

A visão trazida pelos autores é a mesma de Seffner: os valores morais marcam a atuação do docente no âmbito escolar. Por isso, todo o processo de mudança de valores deve partir do próprio professor, pois considerar a homossexualidade como uma escolha, e não como uma orientação sexual, promove a busca por ações que ajudem os alunos a se tornarem “normais” – ou seja, heterossexuais. Vale ressaltar que, apenas em 1990 a OMS – Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade de sua lista internacional de doenças.

Oliveira e Diniz (2014) realizaram uma análise em materiais didáticos e observaram que eles não desafiam o padrão heteronormativo e biologicamente determinado, além de trazerem temas como “gravidez na adolescência” sob a percepção de “desvio”, ou seja, sexualidade inadequada.

Porém, para atender às demandas de fazer o que é politicamente correto, tais materiais abordam identidades homossexuais, entretanto, o faz de maneira periférica e dispersa. Logo, tornar o processo educacional e as práticas pedagógicas uma experiência mais aberta aos gêneros e à sexualidade é um grande desafio, principalmente, no que concerne os direitos da mulher e de pessoas LGBTQIA+.

3.3 O professor e suas práticas pedagógicas

O tema “sexualidade” traz bastantes dificuldades, problemas e desafios para os professores em suas práticas pedagógicas. Conforme a sexualidade de seus alunos é manifestada no âmbito escolar e na sala de aula, podemos perceber que ela ocorre de maneira exacerbada, principalmente em relação à sociedade e como os meios de comunicação a abordam (FIGUEIRÓ, 2004, p. 6). Diante de abordagens e transformações promovidas por meio dos discursos sobre a sexualidade, nossas interações sociais bem como nosso cotidiano tem sido afetado, principalmente a relação existente entre professores e alunos.

Como aponta Figueiró (2004) os alunos cada vez mais têm espaço para expressar seus desejos no âmbito escolar, suas necessidades e suas curiosidades sobre os mais variados assuntos, principalmente em questões sobre a sexualidade, ao mesmo passo em que os professores não se sentem preparados ou não sabem como tratar tal assunto.

Cada vez mais se faz presente situações em que se dá a manifestação da sexualidade, exigindo por parte dos professores conhecimentos e habilidades específicas para que seja

possível ensinar a partir delas (FIGUEIRÓ, 2004). Porém, as instituições de ensino (escolas) e de formação docente, não conseguem acompanhar o ritmo dessas abordagens e das transformações que vêm ocorrendo a todo vapor no âmbito educacional em relação aos discursos acerca da sexualidade.

[...] é preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceptual dos programas atuais de formação de professores. E situar a nossa reflexão para além das clivagens tradicionais [...] sugerindo novas maneiras de pensar a problemática da formação de professores (NÓVOA, 2013, p. 11).

A formação docente precisa compreender que o contexto educacional da atualidade é diferente do contexto existente a 20 anos atrás, de modo que dinâmicas, metodologias e disciplinas precisam ser adaptados e transformados para se adequarem à realidade atual, principalmente em relação à sexualidade e seus dispositivos. O professor precisa ser capaz de cuidar do equilíbrio psicológico e afetivo de seus alunos, sendo um mediador da integração social em sala de aula.

É por meio de ações que o docente consegue trabalhar com gênero e sexualidade de uma maneira indireta. Porém, por falta de conhecimento, na maioria das vezes, tarefas distintas são entregues para meninos e meninas, seguindo a segmentação cultural imposta pela sociedade.

O professor deve ter autonomia sobre a sua sala de aula, sobre seu espaço de trabalho, mesmo que a realidade ao seu redor seja totalmente o contrário do que deseja fazer. Portanto, gênero e sexualidade devem ser abordados e trabalhados em sala de aula. É importante mostrar para os alunos que se um menino se sente melhor perto das meninas, e vice-versa, ele/ela não é homossexual. Essa intervenção é necessária, pois é justamente na infância que as piadas surgem durante as brincadeiras – as mesmas piadas que ganham um tom agressivo com o passar do tempo, visto que a homofobia também se dá por meio de brincadeiras, piadas ou comentários que podem gerar o afastamento dos jovens das atividades propostas, por sempre se tornarem alvos de práticas de tal natureza, principalmente, nas que envolvem práticas corporais e esportivas (GOELLNER, 2010).

O bullying e o preconceito têm grandes consequências para o futuro das crianças, podendo desencadear diversas intercorrências em suas vidas, além de todos os transtornos e traumas causados por tais práticas. O bullying é uma situação caracterizada por agressões intencionais, sejam elas verbais ou físicas, que ocorrem repetidamente, por um ou mais alunos contra um ou mais indivíduos.

O termo teve origem na palavra de língua inglesa “bully”, que significa valentão ou brigão. É entendido como uma forma de ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato, gerando na pessoa que sofre bullying um sentimento de inferioridade, revolta, medo, angústia, vingança e solidão, sentimentos que levam a um longo caminho de tristeza e sofrimento e que podem ser evitados a partir da interferência correta do professor, ao repreender o ato mal-intencionado no exato momento em que presenciá-lo

Por conta disso, o preparo dos profissionais da educação deve ser feito, ajudando a disseminação do respeito em relação a temas como gênero e sexualidade, expandindo essas discussões para familiares e amigos dos alunos. Essas discussões levam à compreensão sobre a discriminação, promovendo o respeito à liberdade e à individualidade de cada um.

O professor, pela lacuna que existe em sua formação em relação à reflexão sobre sexualidade, muitas vezes sente-se inseguro a respeito do que, quando e quanto falar ao ser questionado pelos jovens sobre o assunto (FIGUEIRÓ, 2009, p. 45).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia destacam que a formação inicial e contínua dos profissionais deve dar atenção para a educação em relação a questões de gênero, étnico-raciais e de educação sexual, além de abordar questões relevantes para o local, o regional e o nacional (BRASIL, 2005).

Os cursos de graduação contemplam muito pouco, ou quase nada, temas relacionados à sexualidade, mesmo a universidade sendo um ambiente com maior autonomia, ao contrário das escolas.

Se, por um lado, ela [a universidade] garante que professores sensíveis a essa temática abordem tais questões em suas disciplinas, ou mesmo ofereçam disciplinas específicas sobre ela nos cursos, por outro, também possibilita que um número não desprezível de professores e outros profissionais conclua a formação superior sem que esses temas tenham sido contemplados (ALTMANN, 2013, p. 79).

Ou seja, a formação universitária do professor passa por diversos impasses que acabam sendo refletidos em sua prática pedagógica, de modo que eles precisam enfrentar e buscar conhecimentos amplos em relação à sexualidade como um tema a ser abordado em sala de aula, independente do contexto histórico e social. Como Foucault (1999) nos mostra, a sexualidade sempre foi apresentada como um tema restrito, com momento e local certo para se falar sobre tal assunto.

Porém, a sexualidade não pode ser controlada – ela perpassa instâncias e relações sociais. O fato de a sexualidade estar presente no cotidiano escolar, independente da

instituição escolar abordar ou não essa questão, se dá justamente pois a sexualidade está presente nas relações interpessoais dos alunos, por meio da influência dos próprios professores ou de outros estudantes.

Segundo a SAE(2012), não existe idade estabelecida para inicia educação sexual, professor sempre tem que estar atento, já que é um tema contínuo é podem ser abordados em todos os níveis de escolaridade, basta adequar a idade é serie do aluno, é a cada nível sempre irá aumentar o interesse a curiosidade da criança em descobrir sobre seu copo, conforme podemos ver nas imagens a seguir as inquietações que podem surgir diante a sexualidade ,entre as faixas etárias de 0 a 12 anos.

Quadro de **interesses** e perguntas mais frequentes das crianças

Faixa Etária	Interesses/Perguntas Frequentes
0 a 18 meses	□ experimenta sensações através da região oral: sugar, mamar, chupar o dedo, levar coisas à boca; □ reconhece e brinca com o corpo, explorando as possibilidades; □ brinca com os genitais durante o banho ou durante a troca de fraldas – descoberta sexual.
18 meses a 3 anos	□ começa a descobrir o controle dos esfíncteres (controlar o xixi e o cocô); □ percebe as diferenças entre crianças e adultos; Perguntas frequentes: □ Por que o pipi do papai é maior que o meu? □ Por que a mamãe tem cabelinho na perereca? □ O que são esses saquinhos? □ Por que a mamãe não tem pipi?
3 a 6 anos	□ desenvolve curiosidade sobre as diferenças entre meninos e meninas; □ descobre que a região genital proporciona prazer; □ identifica-se com seu papel sexual (comportamento de homem ou de mulher); □ começa a questionar sobre a origem dos bebês. Perguntas frequentes: □ De onde eu vim? □ De onde vêm os bebês? □ Por onde os bebês nascem? □ Como os bebês são feitos? □ Por que o piu-piu fica duro?

Figura 4:Educação sexual
Fonte: SAE(2012)

Quadro de **interesses** e perguntas mais **frequentes** das crianças

Figura

Faixa Etária	Interesses/Perguntas Frequentes
7 a 10 anos	▢ canaliza a energia sexual para outras atividades: escola, esporte, dança, etc. ▢ desenvolve pensamento mais abstrato e as curiosidades referentes à sexualidade são mais complexas Perguntas frequentes: ▢ O que é camisinha? ▢ O que é transar? ▢ O que é Sexo oral? ▢ Como se pega AIDS? ▢ O que é puta? ▢ O que é bicha? ▢ O que é foder?
10 a 12 anos	▢ começa a ter atração e amor platônico por colegas do sexo oposto; ▢ as curiosidades se voltam para as transformações do próprio corpo; Perguntas frequentes: ▢ O que é menstruação? ▢ A primeira vez dói? ▢ O que é hímen? ▢ Como é a primeira consulta no ginecologista? ▢ Transar durante período menstrual engravida? ▢ Masturbação dá espinha?

5:Educação sexual

Fonte: SAE(2012)

3.4 Análise da situação da educação sexual

Programas nacionais - Com poucas exceções, os governos têm um longo caminho a percorrer para cumprir a agenda do Cairo, mesmo deixando de lado o mandato para abordar gênero e direitos. Como uma revisão recente de UNESCO (2013) destacando exemplos de programas ampliados, nota-se:

A educação sexual abrangente está longe de ser institucionalizado na maioria dos países de baixa e média renda onde a epidemia de HIV representa um fardo desproporcional. Mesmo em países com as taxas de HIV mais altas, há relativamente poucos exemplos de programas sustentáveis e escala dentro dos currículos educacionais (p. 16).

Embora não haja um mapeamento universal da educação sexual do país, programas (e muitos estão em fluxo), várias análises de vários países de educação em sexualidade / HIV / habilidades para a vida. UMA Análise da UNESCO das políticas e estratégias nacionais para implementar em 28 países na região da Ásia (UNESCO, 2013) descobriu que seis incluíram discussões detalhadas sobre educação sexual.

Uma Avaliação de 14 países realizada como parte de uma avaliação temática do Quadro de Ação do UNFPA para adolescentes e jovens (KAIDBEY; MONA, 2011) descobriram que muitos países fizeram pequenas, mas insuficientes avanços no desenvolvimento de programas de grande escala de alta qualidade. Quatro dos países tinham programas em pleno funcionamento; sete tinham componentes de programas de educação sexual sólidas, principalmente baseados na escola; e três dos países contaram com atividades de educação por pares ou programas de pequena escala para adultos.

Obviamente, com o aumento de escala surgem sérios desafios para manter a qualidade do programa. Por exemplo, na Nigéria, onde o governo federal tem ampliado sua vida familiar e HIV, o Programa de educação no nível do Ensino Médio, o currículo foi modificado para alcançar o consenso nacional, além disso, a duração da formação de professores foi reduzida.

Muitos países aprovaram algum tipo de prevenção do HIV educação, geralmente no contexto de um currículo de habilidades para a vida. A revisão de 28 países da Ásia concluiu uma referência minoritária da educação sexual em suas estratégias de educação (UNESCO, 2013).

A análise do Fundo das Nações Unidas para a Infância / UNESCO em 10 países na África Oriental e Austral (2012) descobriu que a maioria dos Ministérios da Educação incorporou a educação para a prevenção do HIV. Não é de surpreender que a implementação no nível da sala de aula possa ficar para trás nas políticas. Uma exceção notável é PESCC (em inglês, Project for Sexuality Educação e Construção da Cidadania), implementada pelo Ministério da Educação da Colômbia, com apoio do UNFPA.

PESCC é incomum não apenas em seu conteúdo (é explicitamente direito baseado no gênero, e orientada para o pensamento crítico) e idade abrangente (do jardim de infância ao ensino médio), mas também em sua flexibilidade: os professores em cada escola baseiam-se

nos objetivos centrais para desenvolver um currículo apropriado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

Alcançando os adolescentes mais vulneráveis - a imagem é preocupante no que diz respeito a alcançar adolescentes marginalizados, como meninas que estão fora da escola, casadas, vivendo em extrema pobreza ou engajadas em sexo transacional para sobrevivência econômica; meninos em gangues; abusadores de substâncias; jovens soropositivos e aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Apenas alguns programas de 14 países sentiram que eles estavam engajando adequadamente esses jovens. É necessário uma discussão completa sobre a melhor forma de equilibrar as prioridades entre alcançar o maior número de jovens por meio de educação sexual na escola (quase por definição deixando de fora os mais vulneráveis) versus visando jovens mais vulneráveis fora da escola.

Modelos de entrega personalizados - a melhor forma de alcançar crianças mais novas antes que as normas sexuais e de gênero se consolidem, e antes que as meninas terminem seus estudos continua sendo um desafio. Muitos especialistas recomendam começar a educação sexual (apropriada para a idade) logo aos 5 anos; o ITGSE (2009) e a OMS / Europa e Centro Federal de Educação para a Saúde (BZgA) apresenta normas para a educação em sexualidade na Europa (2010) designando conceitos para apresentar crianças em diferentes idades.

Por exemplo, ITGSE sugere que um ponto-chave para ensinar crianças de 5 a 8 anos é que “algumas das doenças podem ser transmitidas de uma pessoa para outra”; para idades de 9 a 12 anos, o ponto análogo é “a grande maioria do HIV infecções são transmitidas por meio de penetração desprotegida na relação sexual com parceiro infectado.” (2009, p.97).

Embora essa encenação de conteúdo tenha uma lógica óbvia, ela ocorre contra uma série de desafios. Primeiro, em alguns ambientes, os alunos podem estar anos atrasados na escola (LLOYD; YOUNG, 2009). Programas projetados e entregues na quinta série será extremamente inadequado por 15 anos já que está abaixo da série por causa da idade.

Em segundo lugar, a média de anos de escolaridade, idade de início sexual, de casamento e outros fatores variam de uma configuração para outra, o conteúdo com idade fixa pode não permitir a diversidade cultural de forma adequada. Sendo que os recursos estão disponíveis, no entanto, o treinamento e o suporte podem ser direcionados para resolver esses problemas.

Embora alguns países comecem a educação em habilidades para a vida na escola primária, não há literatura sobre esses esforços. Existem relatórios promissores de programas

comunitários (não baseado na escola) alcançando meninas de até 8 anos, todos enfatizando o empoderamento das meninas (CATINO; COLON; RUIZ, 2011; SVANEMYR *et al.*, 2015).

Um benefício de tais programas é que eles alcançam as meninas antes que as normas de gênero sejam consolidadas, antes que as meninas tenham que administrar menstruação, antes de serem declaradas aptas para sexo e casamento, antes que meninos e meninas comecem suas relações sexuais, e antes que a matrícula escolar caia para jovens pobres (especialmente meninas, em geral).

3.5 A qualidade do programa atual

Currículo - infelizmente a dependência de abordagens apenas de abstinência, que não se mostraram eficazes, continua forte. No Estudo de 14 países realizado pelo UNFPA, pelo menos metade dos países teve programas baseados na abstinência (KAIDBEY, MONA. 2011). A revisão curricular da África Oriental e Austral de 2012 (2016) relatou que, em geral, embora o conteúdo fosse apropriado para a idade e abordasse o tópico de habilidades de comunicação razoavelmente bem, as principais lacunas incluídas foram informações sobre preservativos masculinos / femininos e contracepção e outros tópicos de SRH (por exemplo, reprodução, DSTs, aborto, serviços de acesso, circuncisão masculina e puberdade).

Embora haja um caminho considerável a percorrer, uma notável mudança foi observada. Em comparação com 5 anos atrás, estão aumentando o número de exemplos em todo o mundo de currículos em vigor ou em desenvolvimento que enfatizam gênero e direitos, tanto no setor público quanto entre as ONGs (ROGOW *et al.*, 2013).

Habilidade do professor - fortalecer as habilidades do professor é uma prioridade urgente para ampliar ou melhorar a educação sexual. Para permitir que os jovens personalizem o que aprenderam e apliquem em suas vidas, a educação sexual usa métodos diversos e interativos. Esses métodos envolvem não apenas aprendizagem cognitiva, mas reflexão pessoal e pensamento crítico (por exemplo, sobre normas de gênero) e prática com novas habilidades (por exemplo, para comunicação assertiva).

A cultura da sala de aula também se torna parte de um currículo informal, os estudos da World Values Survey descobriram que uma sala de aula em que os alunos podem se expressar livremente em um ambiente, constrói valores democráticos e esse suporte para

valores democráticos se alinham mais estreitamente com o apoio ao gênero igualdade do que com qualquer outra variável atitudinal (PETERSSON, 2014).

Uma sala de aula em que os jovens desenvolvem suas habilidades de pensamento crítico também os prepara para questionar seu contexto social e as normas de comportamentos que prejudicam sua saúde, bem-estar e direitos. Consequentemente, no nível mais amplo, promovendo agência e gênero não só contribui para uma melhor saúde sexual, mas também lança as bases para uma cidadania significativa

No entanto, a maioria dos sistemas de educação, embora incluam as habilidades de pensamento crítico entre os padrões de aprendizagem estabelecidos, tendem a ser mal equipadas para nutrir essas habilidades. Aulas são grandes e o ensino frequentemente reverte para palestras e aprendizagem mecânica, incluindo a prevenção do HIV / educação sexual.

Para exemplo, a revisão africana de 10 países avaliou no ensino abordagens conforme descrito nos materiais e encontrado, em geral, atenção inadequada aos objetivos de aprendizagem (emocionais); atenção fraca para engajar habilidades de pensamento crítico ou uma cultura de sala de aula democrática. Além disso, muitos professores simplesmente não são confortáveis com o tópico da sexualidade. Cynthia Lloyd (2010) cita a "persistência do preconceito de gênero" entre os professores como uma adicional restrição na eficácia de muitos programas de educação sexual.

Uma série de esforços estão em andamento para fortalecer a pedagogia da ESC. A transformação dos métodos de ensino para educação sexual, no entanto, requer mais do que um único treinamento de preparação e workshops em serviço. Em vez disso, tem implicações ousadas para a pedagogia mais amplamente e, portanto, para a reforma educacional.

No nível da política global, especialmente um modelo que envolve os jovens no pensamento criticamente sobre gênero e direitos, não pode avançar no setor sem um grande investimento no fortalecimento das habilidades do professor. Como enfrentar esse desafio é um dilema considerável.

Vínculos com fatores de proteção no ambiente mais amplo – os programas não funcionam no vácuo. Políticas e programas estão começando a abordar uma série de fatores além do currículo, incluindo a cultura de aprendizagem, que melhora ou prejudica a saúde sexual e o bem-estar dos adolescentes. Uma preocupação é o ambiente escolar, muitas vezes caracterizado pelo assédio e coerção de meninas (inclusive por professores) e pelo bullying de meninos que não se enquadram no gênero convencional (estereótipo) (USAID, 2014; PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2014).

Outra é que os jovens muitas vezes não têm forma de acesso aos serviços de saúde sexual. A OMS em publicação recente recomendou que a educação sexual se vincule a programas que fornecem serviços preventivos, como circuncisão médica masculina e a vacina contra HPV (OMS, 2011).

O ambiente social exerce um efeito poderoso sobre os jovens na saúde sexual e direitos das pessoas no reforço das normas, moldando oportunidades e desafios. A UNESCO observou a sinergia entre educação sexual, escolaridade em geral e igualdade de gênero (HABERLAND, 2012).

Em alguns ambientes, os programas estão procurando maneiras para conectar-se aos esforços com metas sobrepostas em outros setores; por exemplo, programas de educação financeira para meninas, campanhas na mídia, promoção da prevenção da violência de gênero e defesa do estabelecimento de marcos legais adequados que possam influenciar o alcance e efeito dos investimentos.

3.6 Educação Sexual relativa à temática LGBTQI+

A questão da sexualidade infantil aplicada ao ambiente escolar se apresenta como um grande desafio devido às transformações que promovem em matéria de educação, contribuindo assim para desfazer mal-entendidos, preconceitos e estereótipos. Nesse sentido, Santos e Maia (2014) entendem a sexualidade como uma construção de cunho social, histórico e político e que é relacionada ao poder e à regulação, e que apresenta formas e variações impossíveis de serem explicadas sem que se apresente a priori seu contexto formativo.

Compreende-se que o processo de escolarização dos corpos tem como característica a educação da sexualidade de crianças por meio de pedagogias que se revelam muitas vezes sutis e discretas, mas que a despeito disso não deixam de ser menos eficientes e duradouras (SANTOS; MAIA, 2014).

Em seu entendimento, as escolas têm como prática comum adotar o corpo como ponto de partida natural para a educação sexual das crianças, buscando, assim, a produção do que é entendido pela sociedade como uma “sexualidade normal”, independente de gênero sexual, com o auxílio de práticas pedagógicas que Santos e Maia (2014) consideram como sutis, embora disciplinadoras e contínuas.

No contexto escolar brasileiro, preocupações com as práticas sexuais e suas implicações vivenciais e epidemiológicas vêm se impondo como pauta para a educação formal. Oficialmente se defende que as escolas de ensino básico e médio devam ser promotoras dos direitos sexuais e fonte de informação sobre a sexualidade e as práticas sexuais. Parte-se da ideia de que a educação sexual, dentro da escola, pode preparar cidadãos aptos à liberdade do exercício “responsável” da sexualidade (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011, p. 2).

Entretanto, defendem que o próprio Ministério da Educação, a quem caberia promover uma educação sexual sadia para além do dualismo heteronormativo, contribui para reproduzir mecanismos referentes à dominação masculina e heteronormativa (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011). O que evidencia os desafios a serem superados no sentido do estabelecimento da escola como um local voltado para o desenvolvimento de uma consciência crítica e que se pautela pela promoção do respeito à diversidade e aos direitos humanos.

E como exemplo, menciona o desserviço que é a discussão em torno da polêmica do “kit” de combate à homofobia, que veio a ser conhecido como o “Kit Gay”. Nesse sentido, Avila, Toneli e Andaló (2011) acreditam em diversas situações, por exemplo, em práticas escolares que aparentam seguir em direções opostas ao que se prega o ordenamento jurídico no que diz respeito ao acolhimento à diversidade.

Em seu estudo, Duarte (2019) defende que em diversas situações, as condições que permitiram a supressão de diretrizes em matéria de questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual à nível estadual e municipal, tiveram origem em uma espécie de pânico moral em relação ao tema, o que alega ter ocorrido no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre.

Para Santos e Maia (2014) após mais de uma década depois da criação do Plano Nacional Brasil sem Homofobia, o Brasil ainda pode ser descrito como um país que deixa muito a desejar em relação à promoção da cidadania plena para a população LGBTQI+, em decorrência da falta de apoio político, e os ataques à dignidade e direito dessa parcela da população.

O que evidencia a necessidade de um trabalho de base que possa contribuir para reverter essa situação, a começar pelo ensino escolar, buscando, assim, dar um passo importante para a materialização de direitos. E como exemplo, aponta-se para a experiência de Maringá, município paranaense que em 2010 apresentou uma Lei (8.728/2010) com o objetivo de combater a homofobia, o sexismo e a desigualdade de gênero no âmbito da rede municipal de ensino.

Cabe aqui ressaltarmos que toda articulação e proposição da lei deram-se no âmbito do debate articulado com a vereadora e vereadores, então atuantes na décima quarta

legislatura do município. Não é surpreendente que apenas uma mulher tenha legislado na Casa municipal dentre o período compreendido aqui de 2009 a 2012. Ainda uma ressalva necessária é apresentar o quadro geral do diálogo, que se fazia entre a legislatura e o movimento social organizado que no momento do que chamamos aqui de micro-marco político institucional, era composto por uma Organização não-governamental (ONG) AMLGBT (Associação Maringaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) (SANTOS; MAIA, 2014, p. 2).

Em seu estudo, Duarte (2019) busca estabelecer um panorama da literatura sobre educação sexual nas escolas, e observa que de um total de 159 publicações, apenas 29 delas eram voltadas a população LGBTQI+, das quais seis delas não abordam o espaço físico da escola, pois se voltam para a criação de políticas públicas e a visão dos pais em relação ao tema, como evidencia o gráfico abaixo.

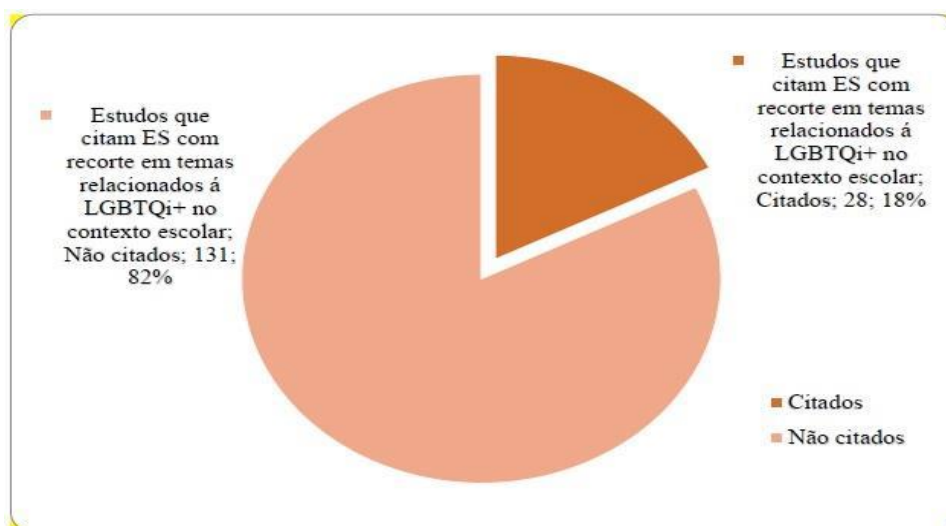


Gráfico 1: Publicações acerca de Educação Sexual com foco na população LGBTQI+. **Fonte:** Duarte (2019).

De acordo com Duarte (2019), soma-se a isso o fato de existir certa dificuldade e despreparo dos pais em lidar com esse tema, e com base em estudos anteriores, afirma que a maioria dos pais que foram entrevistados alegaram nunca ter abordado essa temática em conversas com seus filhos. Ou seja, o que é possível extrair disso é que em casa o tema parece ser um tabu, e em relação às escolas, o fenômeno que chama de “pânico moral” quer fazer com que a temática também se torne um tabu, a despeito das diretrizes governamentais no tocante à defesa dos direitos da população LGBTQI+.

É preciso compreender que inserir essas temáticas em sala de aula depende de uma disposição pessoal advinda dos professores para assumir uma luta social na afirmação de igualdade de direitos. Encontra-se uma luz nas entrevistas com 12 professores de ciências do Ensino Fundamental, nas quais constata-se a contribuição

ofertada pelo curso do Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE)², no qual traz a capacitação o empoderamento sociocultural de professores para com as identidades sexuais e de gênero, levando os mesmos ao fator exponencial para a inserção do conteúdo transversal no material pedagógico (SOARES, 2019). Como afirma Pinheiro (2017) professores entendem essa temática como um conteúdo delicado, muitas vezes agindo por fugas (DUARTE, 2019, p. 15).

E todo esse cenário evidencia os diversos obstáculos a serem superados, pois se de um lado os discursos de alunos e professores se encontram marcados pela heteronormatividade, o que acaba contribuindo para reforçar estereótipos e preconceitos, de outro lado, se encontra a falta de preparo de professores ou então o desinteresse no sentido de levantar a bandeira da defesa de direitos, restando, assim, uma didática que é focada apenas no modelo biológico (DUARTE, 2019).

Vaccari (2018) considera que o cotidiano escolar e social se encontra permeado pelas relações de gênero e sexualidade, entretanto, continua sendo utilizada a estrutura anatômica para se definir quem é menino ou menina, e definir que brinquedos seriam os mais apropriados para cada gênero. Práticas que silenciosas naturalizam, reforçam e consolidam uma série de preconceitos e discriminações dentro de casa, o que acaba se refletindo no comportamento dos alunos na escola, evidenciando a importância de uma educação sexual com foco nas questões de gênero. Muitas obras didáticas ainda abordam a imagem da família padrão, formada por mãe, pai e filho, tornando as outras formas ocultas.



Figura 6: Família padrão
Fonte: Nunes (1997).

Para Vaccari (2018), em diversas situações o ensino de ciências se encontra vinculado especificamente aos conhecimentos de cunho biológico e científico, ao se entender isso como algo não influenciado por construções sociais e culturais. Nesse sentido, acredita que a

biologia tem importância significativa para a produção cultural e dos processos de subjetivação humana, cabendo-lhe a discussão acerca das noções de raça, gênero e sexualidade.

Em seu artigo, Santos (2014) apresenta com maiores detalhes a evolução histórica da proposta da Lei de combate a homofobia no âmbito escolar em Maringá, iniciativa que teria surgido com a criação do Dia Municipal de Combate à Homofobia, de acordo com a Lei nº 8.615/2010. Momento em que a pauta do “Brasil Sem Homofobia” teria sido levada ao centro das discussões, com foco na questão do direito à educação e o combate à discriminação por orientação sexual. E nesse sentido foram definidas algumas questões de relevância:

- i. Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual;
- ii. Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- iii. Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- iv. Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- v. Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- vi. Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- vii. Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB;
- viii. Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 23).

Observa-se que foi dada atenção para essa questão da formação inicial e continuada de professoras e professores com foco na questão da educação sexual voltada para a temática LGBTQI+, o que se daria na forma de um programa que teria como objetivo favorecer uma discussão aprofundada e qualificada da homofobia nas escolas da rede municipal de Maringá (SANTOS; MAIA, 2014).

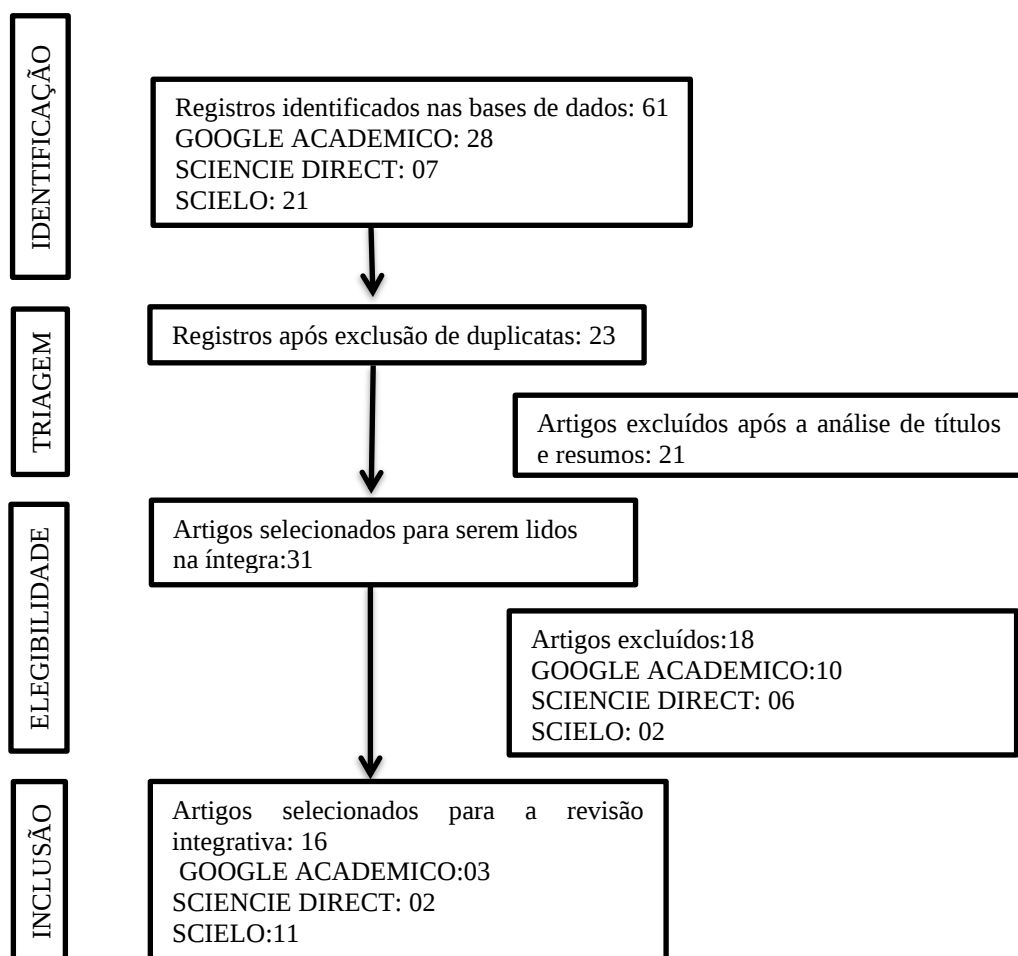
E nesse sentido, Vaccari (2018) defende que os professores de ciências possuem uma responsabilidade maior em relação a essa pauta da educação sexual dos alunos, ao contar com uma formação ligada à saúde e à reprodução. Sendo que em seu entendimento, um dos

principais problemas do parâmetro curricular nacional diz respeito à falta de formação, levando em consideração que a transversalidade pede por um professor que domine disciplinas além daquela na qual ministra aulas.

Santos (2014), em suas pesquisas aborda, que nas escolas norte-americanas traz um conceito bem familiar para muitas escolas brasileiras, que são as famosas fila dos meninos e fila das meninas é muitas vezes os educadores, não estão percebendo que não se trata de uma escolha deles, a sexualidade é como uma manifestação humana, ela se ponha na escola é a as os próprios educadores ao fazerem filas de meninos e meninas, os próprios educadores quando fazem essas opções eles estão trabalhando sexualidade na escola, podem não estar trabalhando de uma forma consciente de uma forma crítica, mas estão trabalhando a sexualidade.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Na análise inicial foi constituída de 61 artigos identificados. Após, os títulos e resumos foram lidos restando 31 artigos para leitura na íntegra. Seguindo os critérios de inclusão e exclusão apenas 16 artigos foram devidamente viáveis para a discussão teórica. Para tanto, na Figura 1, é representado de forma coerente à seleção dos procedimentos para o estudo dos artigos amostrais da revisão.



Quadro 1: Fluxograma de aquisição do corpus e resultados.
Fonte: Dados oficiais do pesquisador (2021).

Quanto ao ano de publicação dos artigos, observa-se que estão bem distribuídos entre 2001 e 2014, embora exista um número maior de publicações para os anos de 2007, 2010 e 2011. Portanto, não é possível falar em um padrão.

ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE ESTUDOS
2001	1
2002	1
2007	3
2008	1
2009	1
2010	3
2011	4
2013	1
2014	1
TOTAL	16

Quadro 2: Ano de publicação dos artigos e sua quantidade.
Fonte: Dados oficiais do pesquisador (2021).

N	AUTOR/ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	BASE DE DADOS	TIPO DE PESQUISA	PERIÓDICO
1	Altmann (2001)	Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais	SciELO	Qualitativa	Revista de Estudos Feministas
2	Avila; Toneli; Andaló (2011)	Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar.	SciELO	Qualitativo e Quantitativo	Psicologia em Estudo
3	Dicenso <i>et al.</i> (2009)	Interventions to reduce unintended pregnancies among adolescente	Google Acadêmico	Qualitativo e Quantitativo	British Medical Journal
4	Harrison <i>et al.</i> (2010)	HIV prevention for South African youth: Which interventions work?	SciELO	Qualitativo e Quantitativo	BMC Public Health
5	Johnson <i>et al.</i> (2011)	. Interventions to reduce sexual risk for human immunodeficiency virus in adolescents: A meta analysis of trials	SciELO	Qualitativo	The Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine

6	Junqueira (2007)	Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas	SciELO	Qualitativo	Revista cultural
7	Kirby; Laris; rolleri (2007)	Sex and HIV Education Programs: Their impact on sexual behaviors of young people throughout the world.	Google Acadêmico	Qualitativo e Quantitativo	Journal of Adolescent Health
8	Mavedzenge; Doyle; Ross (2011)	HIV prevention in young people in subSaharan Africa: A systematic review	SciELO	Qualitativo e quantitativo	Journal of Adolescent Health
9	Michielsen <i>et al.</i> (2010)	Effectiveness of HIV prevention for youth in sub-Saharan Africa	SciELO	Qualitativo e quantitativo	Revista científica
10	Oliveira; Diniz (2014)	Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica: sobre o marco heteronormativo	SciELO	Qualitativo	Educação & Realidade
11	Ebhohimhen; Poobalan; Teijlingen (2008)	A systematic review of school-based sexual health interventions to prevent STI/HIV in subSaharan Africa	SciELO	Qualitativo	BMC Public Health
12	Cruz (2011)	Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na educação sexual escolar.	SciELO	Qualitativo	Educar em Revista
13	Ross (2010)	Behavioural interventions to reduce HIV risk: What works?	Google Acadêmico	Qualitativo	Revista
14	Rottach; Schuler; Hardee (2009)	Gender perspectives improve reproductive health	SciELO	Qualitativo	USAID

		outcomes: New evidence.			
15	Seffner (2013)	Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar.	SCIENCIE DIRECT	Qualitativo	Educação e Pesquisa
16	Underhill; Operario; Montgomery (2007)	Systematic review of abstinence plus HIV prevention	SCIENCIE DIRECT	Qualitativo	Educação e Pesquisa

Quadro 3: Resumo dos trabalhos científicos encontrados nas bases de dados on-line.

Fonte: Dados oficiais do pesquisador (2021).

4.1 Educação sexual no contexto escolar

Falar de sexualidade não é dar aula de sexo, esta confusão geralmente acontece devido a maioria das pessoas não compreender que “sexualidade” vai muito mais além do ato sexual, ela está relacionada a identidade, afeto, desejo, cidadania, a forma de se relacionar consigo mesmo, e com os outros, ou seja, todo ser humano nasce e morre sexual (ALTMANN, 2001).

Conforme Avila (2010), nos países: Holanda e Canadá, a educação sexual inicia no jardim de infância, na qual não faz nenhuma referência explícita ao sexo. A linguagem e os conteúdos são apropriados à idade das crianças. O conhecimento sobre sexualidade evolui conforme a criança se desenvolve, por exemplo uma criança de 4 anos de idade aprende o que é amor, e como a gente manifesta este sentimento, por meio de um abraço, com um beijo no rosto, com carinho. Aprender, diferencia as maneiras afetivas de gostar de alguém seja, como amigo ou como namorado.

Segundo Dicenso (2009), as crianças partem dos 7 anos, ouvem dos professores, seus mediadores do conhecimento, que existem diferentes tipos de família, que alguns pais são separados, que existem filhos adotados, aos 8 anos inicia a questão sobre autoimagem, autoestima, e passam a notar as diferenças de estruturas físicas do corpo humano, observando que algumas pessoas são altas, outras baixas, algumas tem o cabelo liso, outras cacheado. Com isso, surge os estereótipos de gênero, na qual vem a ideia de que independentemente do sexo, ambos os gêneros podem fazer as mesmas coisas, meninas podem jogar bola e meninos ser mais sentimentais. O conhecimento de saberes necessários como o ciclo menstrual, as

mudanças hormonais e do corpo que adolescentes passam durante a puberdade é uma importante abordagem educativa mediante a educação sexual.

Johnson (2011) afirma que, muito antes de falar sobre sexo é importante explicar para a criança sobre consentimento, que ela é dona do próprio corpo, é fundamental orientá-la, que não deve ser tocada por estranhos, que suas partes íntimas só devem ser tocadas por um adulto em momentos de higiene pessoal, a exemplo do momento do banho, para que possam entender a diferença entre cuidado, proteção e abuso, e ajudar a conscientizar a criança a associar essas instruções, e que sempre terá o direito de dizer não.

Cruz, (2011) mostra em seus estudos, que a sociedade ainda está presa nos tabus, muitos pais ainda seguem aquele discurso simplista, em que diz que seus filhos não tem idade pra discutir estas coisas, mas existe pessoas mal intuicionadas, que tem a consciência do que está fazendo, e pode se aproveitar da ingenuidade das crianças pois, se elas não tem noção do que está acontecendo não possui condições de se defender. A educação sexual tem o intuito de proteger contra violência e contra uma gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, falar sobre sexo seguro entre os adolescentes, trabalhar sobre os métodos contraceptivos, a importância do uso da camisinha. A educação sexual reduzir os índices de bullying, de suicídio entre os jovens, por exemplo, porque aborda sobre a orientação e o respeito à diversidade.

Oliveira (2014) deixa claro que todas as crianças, vão passar pela fase da puberdade, e naturalmente acontecerá a prática do ato sexual, mas suas fontes de informações não são confiáveis, devido a timidez e insegurança, acabam procurando conhecimento sobre sexo na internet, em diversos sites entre eles os pornográficos, ou seja, não falar sobre o assunto, não vai parar o desenvolvimento, nem acabar com a curiosidade desses adolescentes. É mais interessante dar as informações corretas para que ela tenha condições de escolher de uma forma consciente, saudável e segura, que ela não sofra com tantos mitos, e que não seja vítima e reproduza preconceitos. A organização mundial de saúde já analisou relatórios sobre o impacto da educação sexual no comportamento desses jovens, e detectou que quanto mais informação de sexualidade de qualidade, mais tarde esses jovens iniciam a vida sexual.

A educação sexual nas escolas possui um papel relevante no desenvolvimento da criança e adolescente, Harrison *et al.*(2010) traz algumas sugestões, segundo o mesmo, cabe ao MEC juntamente com apoio do Ministério da saúde, inserir na grade curricular de forma coesa e segura matérias, que aborde temáticas sobre sexualidade, métodos contraceptivos, gênero, doenças sexualmente transmissíveis na intenção de agregar conhecimento para relações, podendo prevenir problemas sociais e disseminação de doenças, a participação dos

pais são essências, para pais e responsáveis realizar palestras online e presenciais com os especialistas da saúde, a intenção de estreitar a relação escola família e ambas possam trabalhar juntas na construção de um cidadão consciente de sua saúde sexual .

Seffner (2013), distingue a ordem das ocorrências de fatores sobre a educação sexual no Brasil, sendo recente, os primeiros trabalhos de educação sexual no Brasil, ocorreram nas décadas de 1920 e 1930 a partir das iniciativas de educadores e médicos que defendiam educação sexual nas escolas. E em 1920 começa a surgir a preocupação em ensinar nas escolas à fisiologia sexual a fim de modernizar os conhecimentos no país, com base no que se discute em países europeus a primeira tentativa de incluir educação sexual no currículo escolar, ocorreu em 1930 no colégio Batista do Rio de Janeiro, a experiência prosseguiu por vários anos até a demissão e processo em 1934 do professor responsável pelo projeto, nos anos 1930 até os anos de 1950, para contrapor posicionamentos da igreja que visava a sexualidade como algo pecaminoso, tivemos muitos autores não ligados à essa ala religiosa que publicaram obras propondo e defendendo a educação sexual.

4. 2 Conceitos de Sexo, Gênero , Identidade e Orientação

A sexualidade humana pode se manifestar de várias formas sobre ela é importante primeiro saber a diferença entre sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual; Ross Da (2010) conceitua a que o sexo é a parte biológica, e se divide em diferenciar o macho, fêmea e intersexo, são definidos pelos cromossomos e por características como órgãos reprodutivos internos e externos, mas mesmo definir o sexo de alguém não é tão simples, assim já que uma pessoa biologicamente intersexo, pode nascer com características sexuais de macho e de fêmea. Os gêneros são as categorias de masculino e feminino que construímos socialmente, o gênero engloba todas as práticas que são arbitrariamente atribuídas às pessoas que nascem com um aparelho genital ou outro, cada cultura incentiva que as pessoas tenham certos comportamentos, vestuários, profissões e valores de acordo com o gênero que foi atribuído à pessoa quando ela nasceu

Underhill (2007) conceitua que a identidade de gênero, tem a ver com qual gênero a pessoa se identifica, ou seja indivíduo biologicamente masculino pode se identificar com o gênero masculino ou feminino, e uma pessoa biologicamente feminina, também pode se identificar como qualquer um dos dois. Por essa razão, os transgêneros são pessoas cuja

identidade de gênero ou expressão dessa identidade difere do gênero relacionado com o seu sexo biológico, um exemplo seria de uma pessoa biologicamente macho, mas que se identifica com o gênero feminino, se veste ou se comporta de um modo coerente com o gênero feminino, quando a identidade expressão de gênero é coerente com o gênero atribuído a uma pessoa, chamamos ela de cisgênero.

A orientação sexual descreve por que tipo de pessoa sente atração afetiva ou sexual, ela geralmente se divide em orientação heterossexual, homossexual ou bissexual, apesar dessas visões, hoje em dia a orientação sexual é vista mais como um contínuo variando de um extremo a outro. A orientação sexual de alguém não é necessariamente fixa, e pode variar por diferentes razões.

Ebhohimhen; Poobalan; Teijlingen (2008) afirma que, tanto a orientação sexual, como a identidade de gênero, costumam se manifestar desde cedo independente dos pais ou pessoas próximas serem homo ou heterossexuais, transgêneros ou se gêneros todas essas características da sexualidade são determinadas por muitas coisas com uma herança genética, passada pelos pais, o funcionamento das glândulas e hormônios do corpo as primeiras experiências de socialização a cultura vigente e as suas experiências durante a vida a nossa sociedade incentiva algumas orientações e identidades,

Junqueira (2007) e Kirby (2007) fazem uma breve reflexão sobre os pais que costumam incentivar ou reprimir seus filhos, pois, as manifestações de sexualidade a partir das normas culturais com as quais eles concordam, são alvos de discriminação e violência. Isso ocorre muito na nossa cultura, em relação aos homossexuais, antes de associar o gênero ao seu sexo, expressa-se um comportamento preconceituoso acerca da sexualidade do outro.

Rottach (2009) mostra em seus estudos que, relações sexuais com pessoas do mesmo sexo eram crime em países como a Inglaterra, até hoje como Arábia Saudita e Iran, o resultado disso é que quem não é heterossexual ou com uma identidade coerente com gênero, relacionado ao seu sexo, vive em um mundo muito hostil, e o pior é que isso ocorre por motivos que estão além do controle da pessoa, o sexo a orientação sexual e a identidade de gênero não são meras escolhas feitas por uma pessoa para disfarçar os sentimentos ou tentar obedecer a um certo padrão de sexualidade, para ser aceito ou evitar punições na sociedade, o problema é que isso muitas vezes isso leva anos, incluindo sofrimento, frustração e até mesmo o suicídio. Expressar a própria sexualidade é uma parte fundamental, do desenvolvimento psicológico humano.

4.3 PCN e a educação sexual

A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para Seffner (2013), se deu com o objetivo que o sistema educacional fosse coordenado por um currículo único, em todo o Brasil. Assim esse documento apresenta-se como a possibilidade de orientação para a construção das matrizes curriculares da educação, atuando em toda a educação básica, da educação infantil ao ensino médio.

Oliveira (2014) afirma a ideia, relata que o Ministério da educação, no início dos anos de 1990, inicia a elaboração de uma nova lei de diretrizes e bases, e também do PCNs, porém enfrenta dificuldades devido a vários tipos de currículos espalhados pelos estados e municípios, pois as legislações anteriores, permitiam que os currículos abordassem conteúdos de acordo com o seu contexto, e interesses locais, o que dificultava a criação de um documento que unificasse o que deveria ser ensinado nas escolas, com uma visão mais ampla.

Cruz, (2011) relata cronologicamente o desenvolvimento, em 1995, foi produzida e oficializada, uma versão preliminar dos PCNs, para apreciação da operação somente em 1997, foi divulgada a primeira versão oficial dos parâmetros curriculares nacionais com orientações para os anos iniciais do ensino fundamental, conhecida anos atrás de antiga primeira à quarta série, atualmente é o primeiro ao quinto ano. Em 1998 os parâmetros destinados aos anos finais, compreende a da quinta à oitava, que hoje seria do sexto ano ao nono ano, também as versões que abrangia a educação infantil, que eram os referenciais curriculares, nacionais para a educação infantil. Em 2000, os volumes referentes ao ensino médio e educação de jovens e adultos (CRUZ, 2011).

Quanto aos parâmetros, direcionados aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, Avila (2011) percebe que nos volumes destinados ao trabalho de disciplinas específicas como: português, matemática, história entre outras é citado que as questões em relação à sexualidade, devem ser trabalhadas de maneira interdisciplinar, fazendo menções aos termos como, igualdade de oportunidades sociais para homens e mulheres, compreensão da sexualidade humana sem preconceito, características e comportamento atribuído a homem e mulheres, significado e representações que o corpo tem.

Enquanto para Johnson (2011), ver que a questão da orientação sexual especificamente dos PCNs dos anos finais do ensino fundamental, orienta que temas como o início da atividade sexual virgindade namoro homossexualidade aborto, concepção, masturbação, pornografia e outros devem ser discutidos essas temáticas são citadas somente nos PCNs das séries finais do ensino fundamental, pois segundo o documento orientador, os alunos demonstram a necessidade, e já tem maturidade suficiente em relação à sexualidade para problematizar e refletir sobre esses temas. Mas cabe a reflexão, e problematização quanto

a questão da maturidade, pois ela não é algo que se constrói apenas com o passar do tempo, e o avanço da série, ou da idade, ela é construída socialmente mediante a inserção a estas temáticas, desde o nascimento das crianças pelas pessoas responsáveis e da escola, desde quando ingressa, pois, a partir disso a criança teria familiaridade com o tema de forma progressiva, gradual e de acordo com a faixa etária .

Caso isso não aconteça, essas temáticas sempre inadequadas para discussão no seio escolar. independente da série ou da idade. As orientações destinadas à educação infantil são nominadas de Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), sinalizam que educação infantil é a fase mais complexa para se sugerir planejamento sobre sexualidade, devido a idade das crianças, mas ao mesmo tempo aponta que durante a infância é um momento propício, para o início da inserção de intervenções pedagógicas nas instituições escolares para se trabalhar sobre o tema (JOHNSON, 2011).

Segundo Harrison *et al.* (2010), o referencial orienta os professores que devem levar em consideração a pluralidade e a diversidade em sua amplitude: étnica, religiosa, de gênero, social e cultural, nos parâmetros curriculares nacionais ,voltados para o ensino médio divulgados, em 2000 não há um tópico específico em fala de educação sexual na escola, há utilização de expressões como; igualdade entre os sexos, atitudes sexistas, sexualidade em um exercício de liberdade, são citadas nos volumes das disciplinas específicas, percebe-se que a sexualidade é sutilmente citado nos documentos que implicitamente os educadores caso deseje trabalhar temáticas nessa área terão maior fundamentação nas orientações destinadas às outras etapas da educação básica.

Os parâmetros curriculares nacionais, apresentam pontos positivos, segundo Junqueira (2007) tem como a possibilidade da educação sexual poder ser trabalhado durante todo o período letivo e não somente em ações esporádicas por pessoas externas ao meio escolar que podem representar competência quanto aos conceitos biológicos, como também sociais e culturais, mas que não conhecem um contexto particular da escola, não tem proximidade com as crianças, familiaridade essa que facilita o seu processo de construção de conhecimento e confiança em abordar temas que são considerados polêmicos. A interdisciplinaridade proposta pelos parâmetros, por se tratar de um documento de orientação sem cunho obrigatório, pode ter aplicabilidade ou não na escola, o modo interdisciplinar de ser trabalhado pode ser uma questão a se refletir, pois os professores de áreas alheias, às disciplinas de ciências e biologia podem não se comprometer a trabalhar esses conteúdos, pois não estão propostas nos livros currículos e documentos normativos, esta temática apenas aos

professores das áreas de ciências humanas se esquecendo que a sexualidade deve interligar e inter-relacionar os conceitos biológicos, culturais, sociais e históricos.

Underhill (2007), mostrar que, parâmetros curriculares nacionais foram construídos em um contexto, que o Brasil passava por uma epidemia de HIV AIDS, além dos casos de gravidez precoce lembra se então a abordagem médica e biológica e a escola como um ambiente propício para a implementação de ações de saúde, com intuito que sujeito se atentasse às práticas sexuais seguras.

O período posterior à elaboração e publicidade dos parâmetros curriculares nacionais entre 1998 e 2013 pode ser considerado uma época que educação sexual teve acesso mais abrangente às escolas, mas também foi etapa em que os grupos conservadores se fortaleceram e criaram ideias contrárias ao propósito da educação sexual na escola, um dos temas que se proliferaram por estes grupos foi a ideologia de gênero, associado a discursos homofóbicos e machistas, que tinha o programa escola sem partido como seu aliado na proliferação dessas ideias. Uma escola sem partido força e contribui para que em 2014 na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), consequentemente do plano estadual e planos municipais de educação, excluísse termos como gênero, diversidade sexual e orientação sexual em seus textos, o que refletiu na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (JOHNSON, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, é possível concluir que a escola é um espaço que deve contribuir para a discussão de temas importantes, como: a sexualidade dentro da sala de aula para que as crianças e os adolescentes possam construir sua formação intelectual no que concerne a sua própria sexualidade. O professor deve desenvolver o senso crítico dos discentes, principalmente em questões relativas à sexualidade, tão presente em nosso cotidiano, embora ainda seja bastante restrita e retraída a discussão.

Faz-se necessário que a escola conheça a realidade de seus alunos, incorporando em seu currículo as diferentes linguagens e a individualidade de cada um, analisando o desempenho dos estudantes mediante os conteúdos ministrados e promovendo a interação entre a escola e a sociedade a qual o discente e sua família estão inseridos.

Frente ao que foi apresentado, é importante que alguns pontos sejam levados em consideração: investir em estudos que avaliem programas de educação sexual, isoladamente ou como parte de intervenções multicomponentes que utilizam resultados biológicos e/ou de saúde, como gravidez, DSTs e / ou HIV; apoiar a avaliação rigorosa das intervenções destinadas a vários resultados, incluindo saúde, social e resultados da educação; ampliar os indicadores para incluir também fatores contextuais como poder nas relações sexuais, contexto do sexo, a escola ambiente, assédio e outras variáveis que refletem os múltiplos fatores que influenciam o risco sexual e indicam quais são as implicações para as intervenções; realizar avaliações rigorosas destinadas a identificar "características" de programas eficazes e que reconhecem os múltiplos fatores contextuais que influenciam a sexualidade do adolescente; apoiar estudos longitudinais que examinem o resultados da ESC de nível primário que enfatiza gênero e direitos humanos. Essa pesquisa pode ajudar a responder se alcançar uma faixa maior de crianças em tenra idade pode ter efeitos benéficos sobre aqueles que provavelmente encerrarão sua escolaridade aos 12 e 14 anos; por fim, documentar a implementação das intervenções, interpretando os resultados do estudo e fornecendo detalhes adequados nas redações do estudo.

Para realizar sua SSR e direitos, os jovens precisam da educação sexual. No entanto, mais esforços e ações são necessários para convencer os governos e outras partes interessadas a investir recursos e esforços nessa área. Primeiro, é necessário fortalecer e disseminar as evidências de que a ênfase curricular em gênero, poder e direitos melhoram os resultados de

saúde; segundo, durante as negociações em andamento sobre a ICPD além de 2014 e depois, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Desenvolvimento Social Metas, é necessário reforçar que a visão do Cairo apela para os governos não apenas fornecer informações aos jovens e habilidades como parte da educação sexual, mas também para promover a igualdade de gênero e direitos humanos (ao que nos referimos nesse artigo como uma abordagem de empoderamento para a ESC).

Devemos defender a educação sexual não apenas como uma medida de saúde, mas também, tecendo conteúdo sobre gênero e poder o tempo todo, como uma forma de ajudar os países a alcançar o pós-2015 objetivos de desenvolvimento internacional sobre igualdade de gênero e como uma estratégia potencial para fortalecer a educação em geral. O investimento deve ser feito em intervenções destinadas a resultados múltiplos (de saúde, sociais e acadêmicos).

Além disso, é necessário desenvolver e implementar estratégias para educação primária integrada sobre puberdade, gênero e justiça/direitos, e colocar maior ênfase para o alcance de jovens vulneráveis, incluindo meninas casadas. Será importante traduzir e divulgar recursos curriculares úteis. Finalmente, abordagens robustas de treinamento de professores para internalizarem a aprendizagem sobre questões de gênero e para praticarem e dominarem novas pedagogias devem ser aplicadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: Set. 2021.

AFRICAN UNION. **Protocol to the African charter on human and peoples' rights on the rights of women in Africa**. Disponível em: <http://www.achpr.org/instruments/women-protocol/>. Acesso em: set. 2021.

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC. v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

AVILA, A. H.; TONELI, M. J. F.; ANDALÓ, C. S. A. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicologia em Estudo**, v. 16, p. 289-298, 2011.

BORRILLO, D. **A homofobia**. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, p. 15-45, 2009.

BRASIL. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília - MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC. **Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação**: Instrumento de campo. Brasília, 2007.

BRASIL, **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Cadernos SECAD 4 – Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Brasília, Distrito Federal, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação: **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**, 2007. Disponível em [http:// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em set. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: Guia Prático de Ações. Brasília, 2008.

CABRAL, Juçara Teresinha. **A sexualidade no Mundo Ocidental**. Campinas SP: Papirus, 1995.

DICENSO A.; GUYATT G.; WILLAN A.; GRIFFITH, L. **Interventions to reduce unintended pregnancies among adolescents**: Systematic review of randomized controlled trials. *BMJ*, p.324-1426, 2002.

DUARTE, J. G. A. **O babado precisa acontecer**: educação sexual como fator protetivo para LGBTQi+, 2019. 27 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em set. 2021.

FERRER, F. **Como educar la sexualidad en la escuela**. Barcelona: CEAC, 1992.

FREIRE P. **Pedagogia do Oprimido**. Edição de 30º aniversário. New York, NY: Continuum Books, 2000.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A Formação de Educadores Sexuais**. In: EDUCERE, 2004. Anais Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/MR/MR-CI0163.pdf> Acesso em: set. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. 12ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

GUTIERREZ L, OH HJ, GILLMORE MR. Toward an understanding of (Em)Power(Ment) for HIV/AIDS prevention with adolescent women. **Sex Roles**, 2000.

HARRISON A, NEWELL M-L, IMRIE J, HODDINOTT G. HIV prevention for South African youth: Which interventions work? A systematic review of current evidence. **BMC Public Health**, p.10-102, 2010.

International technical guidance on sexuality education, Volumes 1 and 2. Paris: **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**, 2009.

IPPF: International Planned Parenthood Federation. **Framework for comprehensive sexuality education**. Disponível em: <http://ippf.org/resources/publications/ippf-framework-comprehensive-sexuality-education>. Acesso em: Set. 2021.

IPPF: International Planned Parenthood Federation. **Exploring new territories**: Dialogues from a consultative meeting on comprehensive sexuality education. Disponível em: www.ippf.org/system/files/exploring_new_territories_2012.pdf. Acesso em: set. 2021.

JOHNSON BT, SCOTT-SHELDON LA, HUEDO-MEDINA TB, et al. Interventions to reduce sexual risk for human immunodeficiency virus in adolescents: A meta-analysis of trials 1985-2008. **Arch Pediatr Adolesc Med**, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia**: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Natal: Bagoas, v. 1, nº 1, p.145-165, 2007.

KAIDBEY, Mona. Sexuality education review, executive summary. **Internal United Nations Population Fund review document**, unpublished. 2011

KIRBY D. The impact of sex education on the sexual behaviour of Young people, **Population Division Expert Paper** No. 2011/12. New York, NY: United Nations Department of Economic and Social Affairs; 2011.

KIRBY DB, LARIS BA, ROLLERI LA. Sex and HIV Education Programs: Their impact on sexual behaviors of young people throughout the world. **J Adolesc Health**, 2007.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAVEDZENGE SN, DOYLE A, ROSS D. HIV prevention in young people in subSaharan Africa: A systematic review. **J Adolesc Health**, 2011.

MELO, S.M.M. **Conceito de Educação Sexual**. Florianópolis: CEAD/UDESC. Apostila de aula, 2011.

MELO, S.M.M. **Corpos no espelho**. A percepção da corporeidade em professoras. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2001.

MELO, S.M.M. **A construção da dicotomia corpo-mente**. In: *Corpos no espelho. A percepção da corporeidade em professoras*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, p. 37-51, 2001.

MELO, S.M.M. **Para começo de conversa**. Apostila organizada para a disciplina Introdução à Educação Sexual - Curso de Pedagogia/ FAED/UDESC, 1999.

MICHIELSEN K, CHERSICH MF, LUCHTERS S, et al. **Effectiveness of HIV prevention for youth in sub-Saharan Africa**: Systematic review and meta-analysis of randomized and non-randomized trials. *AIDS*, 2010.

MORESI, E. **Metodologia de pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: Set. 2021.

NÓVOA, Antônio. **Cúmplices ou reféns?** In: CASTILHO, Sylvia Amélia Giraldi. *A Formação do Perfil do Professor do Século XXI*. LINS: SP, 2009.

NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, C.A. **Filosofia, sexualidade e educação**. As relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação UNICAMP, Campinas. 1996. 117

NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1997.

NUNES, C.A. SILVA, E. **As manifestações da sexualidade da criança**. Campinas: Século XXI, 1997.

OLIVEIRA, R. M.; DINIZ, D. **Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica**: sobre o marco heteronormativo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.39, n.1, p.241-256, 2014.

PAUL-EBHOHIMHEN VA, POOBALAN A, VAN TEIJLINGEN ER. A systematic review of school-based sexual health interventions to prevent STI/HIV in subSaharan Africa. **BMC Public Health**, 2008.

RIBEIRO, P. M. **Educação sexual: além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

CRUZ, R. A. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na educação sexual escolar. **Educ. rev.**, n. 39, p.73-85, 2011.

ROSS. **Behavioural interventions to reduce HIV risk**: What works? AIDS, p.24- 14. 2010.

ROTTACH E, SCHULER SR, HARDEE K. Gender perspectives improve reproductive health outcomes: **New evidence**. Washington, DC: USAID, 2009.

SANTOS, F.M.S.; MAIA, A.C.B. Educação Sexual nas séries iniciais: análise do projeto 'escola sem homofobia' de Maringá. **Revista Pedagogia em Foco**, v. 9, p. 1-11, 2014.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013.

SEXUALITY EDUCATION: **A ten-country review of school curricula in east and Southern Africa**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and New York: United Nations Population Fund; 2012.

SUPLICY, M. **Conversando sobre Sexo**. 7ª ed. São Paulo: EDIÇÃO DA AUTORA. Distribuição Ed. Vozes, 1983.

SUPLICY, M. **Sexo para adolescentes**. São Paulo: FTD, 1998.

SUPLICY, M. **Papai, mamãe e eu**. São Paulo: FTD, 1990.

UNDERHILL K, OPERARIO D, MONTGOMERY P. Systematic review of abstinenceplus HIV prevention programs in high income countries. **PLoS Med**, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Acesso em at: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>. Disponível em: set. 2021.

VACCARI, I.L. **Gênero, educação sexual e ensino de Ciências**: Perspectivas de professoras e professores da educação básica. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157327>. Acesso em: Set. 2021.

VASCONCELOS, N. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

VASCONCELOS, N. **Amor e sexo na adolescência**. São Paulo: Moderna, 1985.

WEBERE, M. J. G. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas SP: Autores associados, 1998.

	Santos, Lucas Micael de Jesus, 1996
	Educação Sexual: Entre os paradigmas escolares / Lucas Micael de Jesus Santos. – Paripiranga, 2021.
	58 f.: il.
	Orientador: Prof. Me. Igor Macedo Brandão
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – UniAGES, Paripiranga, 2021.
	1. Educação Sexual. 2. Gênero e Sexualidade I. Título. II. UniAGES.